

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANA PAULA CAVALCANTE LIMÃO DA SILVA

**Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino**

Maringá  
2015

ANA PAULA CAVALCANTE LIMÃO DA SILVA

**Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Instituições e Processos Políticos

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Cecília Rodrigues Almeida

Maringá  
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

S586e Silva, Ana Paula Cavalcante Limão da  
Os efeitos do associativismo no desempenho  
parlamentar feminino / Ana Paula Cavalcante Limão da  
Silva. -- Maringá, 2015.  
60 f.: Il., tabs., grafs.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Cecília Rodrigues  
Almeida.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais - Área de  
Concentração: Instituições e Processos Políticos,  
2015.

1. Associativismo e democracia. 2. Deputadas  
federais brasileiras. 3. Participação e  
representação política. 4. Mulheres na política. I.  
Almeida, Carla Cecília Rodrigues, orient. II.  
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências  
Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências  
Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais - Área de Concentração: Instituições e  
Processos Políticos. III. Título.

CDD 21.ed. 305.48

AHS-002782

ANA PAULA CAVALCANTE LIMÃO DA SILVA

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais

## Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

### COMISSÃO JULGADORA



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Cecilia Rodrigues Almeida  
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lígia Ganacim Granado Rodrigues Elias  
Faculdade Metropolitana de Maringá (FAMMA)



Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski  
Universidade Federal do Paraná (UFPR)



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Aprovada em: 26 de fevereiro de 2015

Local de defesa: Bloco G-56, sala 109 *campus* da Universidade Estadual de Maringá

## Dedicatória

Ao meu marido Fernando Faria da Silva,  
pelo amor, compreensão, generosidade e  
paciência durante todos os momentos.  
E principalmente, por sonhar os meus sonhos  
e me ajudar a torná-los realidade.

## AGRADECIMENTOS

Ao final deste trabalho como é bom pensar em todas as pessoas que contribuíram para a construção desta pesquisa e poder expressar o meu gesto de gratidão.

Agradeço a Deus, por ser meu refúgio espiritual e minha fonte de amor, esperança, fé e paz.

À minha família, em especial aos meus pais Paulo e Vera, pelo apoio incondicional, minha prima Francielle, pela acolhida e cumplicidade, meus tios Valdeci e Selma pelo incentivo aos estudos. À minha tia Nívia (em memória), pelo afeto e carinho.

Ao Lar Escola da Criança de Maringá, pelo apoio e compreensão em todos os momentos.

À Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos de Mestrado.

Ao Junior (secretário do Programa de Pós-graduação em ciências Sociais), pela atenção e profissionalismo.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, pela competência e conhecimento.

Aos professores, Ednaldo Ribeiro e Maria Lígia Ganacim G. R. Elias, que participaram da banca de qualificação e que, com suas sugestões, contribuíram de uma forma muito significativa para a conclusão da minha pesquisa.

Ao NUPPOL (Núcleo de Pesquisa em Participação Política), pelas trocas de experiências entre os colegas do grupo e os estudos direcionados a nossa área de pesquisa.

Ao Éder Gimenes, pela colaboração e dedicação na construção dos dados da minha pesquisa, tabelas e gráficos.

As minhas amigas de turma Alice, Audrey e Renata pela amizade e companheirismo.

À professora Carla Cecília Rodrigues de Almeida, minha orientadora pela sua competência, sabedoria e humildade. A sua orientação foi impar para a conclusão deste trabalho. Eu sou muito grata pelos seus ensinamentos e todos os momentos que partilhamos juntas.

Muito obrigada!

“Pensa! O pensamento tem poder.  
Mas não adianta só pensar.  
Você também tem que dizer!  
Diz! Porque as palavras têm poder.  
Mas não adianta só dizer.  
Você também tem que fazer!  
Faz! Porque você só vai saber se o final vai ser feliz depois que tudo acontecer.”

Gabriel Pensador

## **Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino**

### **RESUMO**

O objetivo geral desta dissertação é analisar a relação entre representação e participação política a partir do estudo da influência que os vínculos associativos exercem no desempenho e na atividade parlamentar de grupos sub-representados no Brasil, tomando-se como base as deputadas federais que exerceram mandatos nas legislaturas nº 52, 53 e 54. O referencial teórico abordado apresenta pistas de um debate bibliográfico que trata das relações entre representação e participação política e define como principal referência o estudo de M. Warren que trata das relações entre democracia e associações. Os dados utilizados para esta pesquisa foram coletados no Portal da Câmara dos Deputados. Investigamos o número de projetos propostos e comissões que as deputadas participaram e a presença delas em cargos de liderança. A partir desses dados buscamos relacioná-los com os vínculos associativos das parlamentares e verificar se esses vínculos estabelecidos previamente à entrada no parlamento são capazes de influenciar o desempenho parlamentar feminino nessa instituição, pretendendo assim, contribuir com o debate a respeito da relação entre participação e representação para a legitimidade democrática.

**Palavras-chave:** Associativismo e democracia. Deputadas federais brasileiras. Participação e representação política.

## **The effects of Associations in female parliamentary performance**

### **ABSTRACT**

The overall objective of this dissertation is to analyze the relationship between representation and political participation from the study of the influence that the associative links exercise performance and parliamentary activity of underrepresented groups in Brazil, taking as reference the congresswomen present at the legislatures 52nd, 53rd and 54th. The referencial theoretical indicates a bibliographic debate that deals with the relationship between representation and political participation and defines as main reference the study of M. Warren that deals with the relationship between democracy and associations. The data used for this study were collected on the internet portal of the Chamber of Deputies. We investigate the number of proposed projects and committees that MPs participated and their presence in leadership positions. From these data we seek to relate them to the associative links of the congresswomen and check if those links previously established to enter parliament can influence women's parliamentary performance in this institution , intending thereby contribute to the debate about the relationship between participation and representation for democratic legitimacy.

**keywords:** Associations and democracy. Brazilian congresswomen. Political participation and representation.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Correlação entre número de projetos propostos e índice de associativismo.....	37
Gráfico 2 - Correlação entre número de comissões e índice de associativismo das deputadas .....	40
Gráfico 3 - Correlação entre índice de associativismo e índice de eficácia das deputadas .....	43

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de associativismo entre Deputadas Federais, por legislatura .....	27
Tabela 2 - Modalidades de associativismo entre deputadas, por legislatura (%).....	27
Tabela 3 -Número de tipos de comissões que as deputadas participaram durante as legislaturas 52º, 53º e 54º.....	39
Tabela 4 - Correlação entre número de projetos aprovados e índice de associativismo das deputadas .....	41
Tabela 5 - Correlação entre número de cargos de liderança e Índice de Associativismo .....	44
Tabela 6 - Percentual de afinidade temática das deputadas com os seus vínculos associativos e projetos propostos.....	46
Tabela 7 - Percentual de afinidade temática das deputadas entre os seus vínculos associativos e comissões parlamentares.....	48
Tabela 8 - Correlação entre número de projetos propostos e índice de associativismo .....	56
Tabela 9 - Correlação entre número de comissões e índice de associativismo das deputadas .	58
Tabela 10 - Correlação entre índice de associativismo e índice de eficácia das deputadas .....	60

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
IPU	Inter-Parliamentary Union
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 DEMOCRACIA, ASSOCIATIVISMO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA</b> .....	15
2.1 AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS ASSOCIAÇÕES .....	17
2.2 EFEITOS DEMOCRÁTICOS GERADOS PELAS ASSOCIAÇÕES .....	22
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓTICA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA</b> .....	26
3.1 ORIGEM DO OBJETO DE PESQUISA .....	26
3.2 METODOLOGIA E TÉCNICA DE PESQUISA .....	29
3.3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES .....	32
<b>4 OS EFEITOS INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL DO ASSOCIATIVISMO NO DESEMPENHO PARLAMENTAR FEMININO</b> .....	36
4.1 DEPUTADAS MAIS PARTICIPATIVAS SÃO TAMBÉM AS MAIS ATIVAS NO CONGRESSO?.....	36
4.2 DEPUTADAS MAIS PARTICIPATIVAS SÃO TAMBÉM AS MAIS EFICAZES NO DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES PARLAMENTARES? .....	41
4.3 HÁ AFINIDADE TEMÁTICA ENTRE O VÍNCULO ASSOCIATIVO DAS DEPUTADAS E OS PROJETOS E COMISSÕES DAS QUAIS ELAS PARTICIPAM NO CONGRESSO?.....	45
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	50
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	53
<b>ANEXO 1</b> .....	55

## INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta dissertação é analisar a relação entre representação e participação política a partir do estudo da influência que os vínculos associativos exercem no desempenho e na atividade parlamentar de grupos sub-representados no Brasil, tomando-se como referência as deputadas federais que exerceram mandatos nas legislaturas nº 52, 53 e 54. A hipótese desta pesquisa é a de que os vínculos associativos importam para o desempenho das deputadas, logo essa influência pode ser identificada nas suas atividades parlamentares. Essa hipótese se construiu nas pistas de um debate bibliográfico que nos propõe considerar, de um lado, as relações entre representação e participação política, e de outro lado, as relações entre democracia e associações, para um entendimento mais adequado da ação representativa nas democracias contemporâneas e de suas condições de legitimidade, a partir da relação entre associativismo e democracia.

Os trabalhos teóricos das autoras, Hanna F. Pitkin (1972), Iris Marion Young (2006) e Nádía Urbinati (2006) apresentam pistas acerca da relação entre representação e participação política. Hanna F. Pitkin (1972) é uma das autoras fundamentais nesse debate ao afirmar que a representação deve ser vista como um processo contínuo que envolve eleitor e eleito. Em contraposição ao conceito de representação formalista e reduzido à autorização, Pitkin propõe o conceito de uma “*representação substantiva*”, no qual a representação é concebida como uma atividade, uma ação, que envolve o eleitor e o eleito e que tem como elemento central a responsividade dos representantes diante dos representados.

A autora Young (2006) enfatiza o caráter relacional e processual do fenômeno da representação. Para ela a relação entre representantes e representados não se inicia e termina no ato único da eleição. A teórica conceitualiza a representação como “um relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (YOUNG, 2006, p. 142). Diante disso, os representados participam não apenas do momento da autorização, mas de uma variedade de momentos de prestação de contas, que podem ocorrer em muitos locais e por meio de várias instituições e, assim, contribuir para uma representação eficaz e para a legitimidade democrática.

Nádía Urbinati (2006) também apresenta pistas fundamentais nessa abordagem da conexão entre representação e participação. Nessa linha teórica, a autora argumenta que o Estado e a sociedade estão conectados por meio do *link* estabelecido pelo representante entre essas duas esferas. A pesquisadora afirma que a representação política é um tipo de

participação, que envolve outras formas de participação, por meio de um processo contínuo, disperso no espaço e no tempo. Conforme suas palavras:

Representation is a political process first and foremost because the representatives vote on laws and are neither mere law redactors nor commissioners of the voters, and second because the relationship between representatives and represented does not end at the moment of electoral authorization (URBINATI, 2006, p. 58).

A representação deve ser vista, assim, como um processo dinâmico, em que o eleitor e o eleito estão presentes, a qual será mais democrática quanto maior o número de *links* entre eles, promovida por práticas participativas. O maior problema para a legitimidade democrática é se a democracia representativa está conectando poucos grupos nessa rede.

O trabalho teórico de Mark Warren (2001) constituiu uma importante referência para este estudo. Warren realiza uma análise a respeito das relações entre democracia e associações. Para o autor as associações compõem um campo plural, que disponibilizam diferentes habilidades individuais, tornando os indivíduos mais eficazes na defesa de interesses junto a públicos mais amplos, e apresentam distintos efeitos democráticos.

M. Warren, em seu conceito de “ecologia democrática das associações” sugere que nem todas as associações estabelecem relações com a vida pública, devido às diferentes funções que desempenham na democracia. Mas também discute a respeito das associações que funcionam como “escolas democráticas”, as quais não são politicamente autossuficientes, mas podem influenciar a estrutura do governo e a própria esfera pública. Para esse autor, um dos efeitos das associações para a democracia é o desdobramento da representação de grupos sub-representados.

Com base nessa bibliografia que evidencia as relações entre democracia e associativismo, a principal pergunta que permeia esta pesquisa é qual o impacto dos vínculos associativos no desempenho parlamentar das deputadas federais consideradas, por meio da proposição de projetos, participação em comissões e cargos de liderança ocupados por essas mulheres. Essa pesquisa, portanto, tem por fim saber, para o caso das deputadas, se os vínculos associativos estabelecidos previamente à entrada no parlamento são capazes de influenciar o desempenho parlamentar feminino nessa instituição, pretendendo, assim, contribuir com o debate a respeito da relação entre participação e representação para a legitimidade democrática.

Para a construção desta dissertação, utilizamos uma metodologia quantitativa, cuja fonte foi o banco de dados resultante do trabalho de Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012). Esse trabalho mapeou os vínculos associativos das deputadas federais brasileiras para as três

últimas legislaturas (2003-2007, 2007-2011 e 2011-2015) e identificou que mais da metade das deputadas possuía pelo menos um tipo de vínculo associativo. Esse estudo também permitiu concluir que predomina entre essas parlamentares vínculos com sindicatos e movimentos estudantis. Além disso, constatou que há associações entre pertencimento partidário e tipo de vínculos associativos. Ou seja, dependendo do tipo de partido, os vínculos associativos são mais presentes entre as deputadas e, portanto, mais determinantes como seu capital político.

Para responder as perguntas dessa dissertação, esse banco de dados foi enriquecido com novas variáveis referentes ao número dos projetos propostos e aprovados pelas deputadas, além das comissões e cargos de liderança ocupados por elas durante as legislaturas analisadas. Essas informações foram extraídas no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados<sup>1</sup> e devidamente codificadas para saber a respeito do impacto dos vínculos associativos no desempenho das deputadas.

O texto está organizado na seguinte estrutura: o primeiro capítulo a introdução, o segundo capítulo apresentamos o debate teórico que ampara a pesquisa, o terceiro capítulo refere-se à construção da análise metodológica abordada neste estudo e expõe uma breve contextualização histórica da participação política das mulheres, o quarto capítulo apresentamos uma análise quantitativa, quanto ao desempenho parlamentar feminino e a sua relação com os vínculos associativos e o quinto capítulo as considerações finais.

---

<sup>1</sup> Portal da Câmara dos Deputados – endereço eletrônico: [www@camara.leg.br/](http://www.camara.leg.br/)

## 2 DEMOCRACIA, ASSOCIATIVISMO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

As associações podem gerar efeitos democráticos no indivíduo, na esfera pública e institucional (Warren, 2001). Optamos por analisar esses efeitos em um grupo sub-representado, as mulheres, tomando-se como referência o caso das deputadas federais presentes nas últimas três legislaturas. Visto que esses efeitos podem ser ainda mais relevantes para democracia quando proporcionam maior inclusão e eficácia aos grupos minoritários na política.

Nesse contexto, este trabalho inspirou-se em proposições teóricas que concebem a representação política de forma dinâmica, tendo como referência os trabalhos de Hanna F. Pitkin (1972), Iris Marion Young (2006) e Nádía Urbinati (2006), e fundamentou-se, para a construção de suas hipóteses, no trabalho de Mark Warren (2001).

Para Hanna F. Pitkin<sup>2</sup> (1972), o teste da representação não consiste restritamente em um líder eleito, mas como ele vai agir, sendo responsivo aos seus eleitos. A autora destaca a expressão "agir por" para explicar o conceito teórico da representação substantiva. Ou seja, quando o eleito vai agir pelos eleitores podemos supor que esses eleitores são elementos da representação política. Nesse ínterim, a filósofa ressalta que o processo representativo requer uma representação de correspondência entre eleito e eleitores. Há diferenças entre eles, que são importantes, mas essa relação deve estabelecer igualdade. Por isso, o conceito de representação proposto por ela considera a representação como uma atividade substantiva e um processo contínuo.

Nesse sentido, Pitkin não argumenta de maneira direta a respeito da participação política, mas a deixa subentendida em seu trabalho, por meio da reflexão acerca da importância do eleitor em participar do processo representativo. Pois para uma representação substantiva é necessário que aconteçam práticas participativas, por meio de uma atividade contínua que envolva responsividade entre eleitor e eleito.

Iris Marion Young afirma que a representação envolve uma relação entre representantes e representados que se dispersa no tempo e no espaço. Para Young a representação deve relacionar as ações de pessoas e instituições de um determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições. Isso ocorre a partir das conexões ente Estado e sociedade. Assim, representação e a participação buscam uma à outra para que

---

<sup>2</sup> Pitkin (1972), em sua análise apresenta quatro formas pelas quais a representação foi concebida historicamente, que são: formalista, descritiva, simbólica e substantiva. Mas autora rejeita as formas de representação formalista, descritiva e simbólica em nome da representação substantiva.

ocorra uma política democrática. Mas, quando a representação se restringe apenas ao momento da eleição, as relações entre representante e representados tendem a enfraquecer, pois o Estado e a própria sociedade não estão participando do processo representativo. Como consequência, os interesses dos indivíduos não estão representados e o representante age conforme os seus próprios interesses.

Assim, o principal problema normativo da representação é a ameaça da desconexão entre o eleito e o eleitorado. Segundo Young, esse fato influencia na participação dos eleitores no processo de autorização e principalmente de prestação de contas, pois em uma “democracia comunicativa inclusiva a representação e a participação não são excludentes, mas requerem uma à outra.” (YOUNG, 2006, p.156).

A autora Nádia Urbinati (2006) construiu uma importante análise teórica acerca das condições que podem tornar a representação democrática uma forma de participação política. Segundo Urbinati (2006, p. 192), a representação é um “processo circular entre as instituições estatais e as práticas sociais”. Ou seja, a representação proporciona links entre o Estado e sociedade que fortalecem a democratização da representação. Assim, os atores sociais são representados na esfera pública e participam do processo político, na medida em que são envolvidos nos debates, tomadas de decisões e *accountability*. Em suma, para a autora a representação política é o link que conecta o Estado e a sociedade. Por isso, as relações sociais estabelecidas pelos atores que circulam entre aquelas esferas influenciam o processo político. As práticas representativas exigem que os indivíduos formulem uma heterogeneidade de interesses para serem inseridos na esfera pública.

Esse quadro teórico afina-se a outros estudos que buscam compreender quais os meios que podem contribuir para interação entre Estado/sociedade, por meio de práticas representativas e participativas. O autor M. Warren está preocupado em mostrar como as associações podem impactar a prática representativa, inserindo novos grupos na política e disponibilizando recursos e habilidades para os seus membros. O autor afirma que as associações não são politicamente suficientes, mas podem contribuir para que os espaços de inserção política prosperem. Por isso, a importância em avançar nos estudos das relações entre associativismo e democracia, pois essas relações podem fortalecer as capacidades de articulações políticas, as habilidades individuais e coletivas, principalmente de grupos marginalizados e sub-representados.

Warren busca avançar na discussão a respeito da pluralidade do fenômeno associativo, a partir da identificação das potencialidades democráticas das diversas associações. O autor aponta para os riscos de se verificar efeitos democráticos onde eles não existem,

principalmente quando se considera esse fenômeno de forma abstrata e generalizante. Por isso, sua teoria se preocupa de maneira significativa com as implicações da heterogeneidade que conforma o universo associativo. Warren acrescenta que não todas, mas várias associações são capazes de desenvolver atores e instituições políticas, econômicas e sociais. Conforme as palavras de Lüchmann (2011, p. 10) “em associação, as pessoas desenvolvem sentidos e percepções da vida social que transcendem a dimensão de base individual e pessoal”.

É a partir desse quadro teórico que pretendemos conceber um diálogo a respeito da relação entre democracia, associativismo e representação, a fim de explorar os impactos da participação na representação. Para tanto, o capítulo tem por finalidade apresentar a discussão teórica de M. Warren acerca da importância da vida associativa para a democracia. O capítulo se divide em duas seções, a primeira aborda as principais características das associações e a segunda aponta quais os principais efeitos democráticos gerados pelas associações.

## 2.1 AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS ASSOCIAÇÕES

Esta seção apresenta as contribuições do associativismo para a democracia segundo a teoria das associações, de Mark Warren. Segundo essa teoria as associações podem promover efeitos democráticos como *cooperação*, *confiança*, *comunicação* e *espírito público*. Elas têm também a capacidade de prover *informação*, aproximando os indivíduos dos problemas sociais. A *autonomia*, pois podem desenvolver habilidades para a deliberação e tomada de decisões coletiva. A *Igualdade representativa*, em que os indivíduos com menos recursos podem alcançar a igualdade política, por meio de espaços alternativos de representação. A *Educação cidadã*, em que as associações funcionam como “escolas democráticas”, disponibilizando habilidades variadas que aumentam a eficácia política dos indivíduos. E, por fim, a *governança alternativa*, em que as associações atuam de forma mais ativa e cooperativa junto aos governos, promovendo maior eficácia às políticas públicas e à economia.

É importante reconhecer que Warren não foi o primeiro autor a argumentar sobre os possíveis impactos da participação em associações para a democracia. Na teoria democrática, são conhecidos os argumentos de autores do “modelo participativo” em defesa dos benefícios gerados pela participação para as instituições democráticas. Os argumentos desenvolvidos por Pateman (1992), por exemplo, já defendiam que experiências participativas criariam as

condições psicológicas e as habilidades individuais para o bom funcionamento do sistema democrático. Contestando os argumentos de Joseph Schumpeter, para o qual os cidadãos seriam desinteressados por política, Pateman defende que as próprias atitudes dos indivíduos diante da política dependem boa parte dos incentivos/constrangimentos que as instituições oferecem para sua efetiva participação.

Ela busca nas obras de Jean Jaques Rousseau, Stuart Mill e G. D. H. Cole os elementos fundamentais de sua teoria participativa da democracia. Baseando-se em Rousseau, ela defende que a participação teria uma função pedagógica na medida em que, participando de decisões públicas, o indivíduo “aprende a ser cidadão”, desenvolvendo a noção de responsabilidade diante do coletivo e do senso de pertencimento a uma ordem coletiva. Assim, a participação teria funções integrativas e pedagógicas. Referindo-se a Stuart Mill, ela também argumenta que para o governo representativo funcionar bem, os indivíduos deveriam exercitar a participação local direta de modo a desenvolver um senso de eficácia política e ampliar seus horizontes. Logo, em níveis intermediários, o cidadão aprenderia o que é a democracia participando e, com isso, o sistema representativo funcionaria melhor. Não haveria uma relação negativa entre participação e representação, mas sim uma relação de complementariedade.

Para Pateman, em Cole, para o qual a sociedade seria formada por um conjunto “complexo de associações que se mantêm unidas pela vontade de seus membros” (PATEMAN, 1992, p. 53), encontramos fontes para pensar não apenas num governo participativo, mas numa sociedade participativa, ou seja, numa sociedade que democratiza o conjunto de suas estruturas de autoridade, o conjunto das associações que integram e formam a sociedade.

Portanto, para essa autora as instituições e os indivíduos não podem ser considerados isoladamente, pois o sistema político é sustentado pelos incentivos e constrangimentos que geram nos indivíduos. A participação promoveria as próprias condições que o sistema político democrático precisa para funcionar bem, pois ela tem funções educativas. Baseando-se em estudos organizacionais e em estudos de comportamento político, ela mostra que os indivíduos que participam de esferas não governamentais desenvolvem um senso de eficácia política e uma personalidade democrática que são pressupostos para seu envolvimento na política. As oportunidades de participação em instituições não governamentais, principalmente nas decisões que envolvem as rotinas de trabalho, seriam fontes fundamentais de aprendizado democrático.

A importância de Warren nesse debate é que, para ele, as associações promovem esses e outros efeitos dependendo de algumas de suas características. Ou seja, ele avança para uma teoria mais ampla das associações, considerando seus possíveis efeitos democráticos tendo em vista as características específicas que as marcam. Para ajudar a compreender quais associações desenvolvem que tipo de efeitos, Warren as distingue em três dimensões. Essas dimensões dizem respeito a) ao grau em que elas são mais ou menos voluntárias; b) o meio em que atuam, ou aos seus meios constitutivos; c) os bens ou fins que perseguem ou buscam promover. A combinação de elementos diferentes dessas dimensões pode aumentar, reduzir ou neutralizar os efeitos democráticos que cada um deles, isoladamente, tem o potencial de produzir.

No que diz respeito à primeira dimensão, o que está fundamentalmente em questão é o quanto a saída dos membros envolvem custos. Os custos de saída estão diretamente associados ao grau em que uma associação controla os recursos individuais necessários para a seguridade, à subsistência e a identidade. Conforme o autor enfatiza, a extensão em que uma determinada associação é voluntária não depende da existência de alternativas associativas a ela, mas dos custos individuais que implicam sua saída e, assim também, do investimento individual nela feito. Em uma associação voluntária, os conflitos em seu interior tendem a ser mais limitados. Isso ocorre devido à facilidade de saída em situações de conflito. Como também pela composição de grupos homogêneos, em que seus membros podem apresentar um forte caráter identitário, formado pelos processos de autosseleção para participar do grupo.

As associações não voluntárias são caracterizadas pelo maior custo de saída, pois o seu interior é composto por uma pluralidade de interesses e opiniões, podemos observar tal evento, por exemplo, em sindicatos ou associações profissionais. Assim, quanto mais a associação é involuntária, mais a democracia interna torna-se uma questão importante precisamente porque os custos de saída são grandes. Por isso, essas associações têm potencial para serem “escolas de democracia”, provendo seus indivíduos da capacidade de argumentação e da negociação de conflitos. Elas desenvolvem potenciais capacidades para lidar com conflitantes propostas e posições. Por outro lado, em associações onde a saída não envolve custos elevados, em casos de fortes divergências, os indivíduos costumam “votar com os pés”, ou seja, deixam de ser membro. Warren lembra que, em termos de efeitos agregados, pode-se sugerir que esse processo de externalização das diferenças resulta em associações na esfera pública mais coesa, homogêneas e capazes de representar legitimamente as crenças e preferências de um grupo.

A segunda dimensão diz respeito ao meio em que operam as associações e que expressam também a natureza de suas regras de organização. Segundo esta distinção, as associações: a) podem ser organizadas por meio de normas coercitivas baseadas nas leis e poder político (partidos políticos, associações profissionais, corporações etc); b) podem ser organizadas pelas dinâmicas e consequências das trocas econômicas (grupos de lobbies, sindicatos, grupos de consumidores etc); c) podem ser organizadas por meio de recursos sociais, como costume, tradições, normas (grupos sociais, famílias, clubes, igrejas, novos movimentos sociais, etc).

Nesse sentido, M. Warren afirma trabalhar nos termos das concepções de Jürgen Habermas e Parsons Talcott referentes aos três meios de integração e reprodução considerados: o poder, o dinheiro e os recursos sociais. É importante mencionar que o autor considera a possibilidade de que algumas associações atuem, combinadamente, nesses diferentes meios. Como afirma ele, um grupo de leitura, um clube de bridge ou um grupo de suporte à reabilitação de dependentes operam pelas regras dos recursos sociais; enquanto uma associação profissional pode combinar meios orientados pelo mercado e pelo Estado.

Para Warren, a distinção importante a fazer é a que separa as associações que atuam no meio dos recursos sociais daquelas que agem no meio do poder e do dinheiro. As associações envolvidas com recursos sociais serão importantes para firmar e reforçar identidades e expressar a voz de seus membros nas esferas públicas e também, possivelmente, para o desenvolvimento de virtudes cívicas. As associações dos outros dois meios (poder e dinheiro) desenvolvem mais a capacidade de ações estratégicas para o alcance de suas metas, o que permite desenvolver habilidades para solução de conflitos. Um elemento fundamental nessa classificação é a localização da associação no interior do meio em que atua. Será importante, assim, identificar o quanto uma associação está integrada ou não-integrada ao meio em que operam, ou melhor, o quanto ela está em condições de mobilizar os recursos disponíveis no meio em que atuam.

A terceira dimensão que distingue as associações diz respeito aos fins e bens que elas perseguem ou promovem. Assim, esses bens podem ser bens materiais individuais, bens materiais naturais não excludentes, bens de identidades interpessoais, bens de status, bens de grupo de identidades exclusivas e bens sociais inclusivos.

Primeiramente, os bens materiais individuais - alimentação, vestuário, moradia, comida etc - são bens escassos e conflitivos. As associações que buscam esses bens tendem a estimular debates e lutas que envolvem justiça social. Em segundo, o autor menciona os bens materiais naturais não excludentes, que se referem aos recursos naturais - água, oxigênio, luz

solar, que são abundantes, mas podem ficar limitados pela ação humana, por conta da poluição e construções urbanas. Nesse sentido, esses bens podem ser escassos e conflituosos. Em terceiro, temos os bens de identidade interpessoais – família, amizade, amor, que têm caráter privado, não escasso a princípio, os quais podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades individual como autoconfiança, comunicação, etc. Por isso, “interpersonal identity goods are the closest of all goods to the background of psychological securities most individuals are able to take for granted” (WARREN, 2001, p. 129).

Em quarto, há os bens de status – grupo de consumo, elite social, que são bens escassos e exclusivos, ou seja, não são disponíveis para todos de forma igualitária. As associações que perseguem esses bens tendem a desenvolver atitudes não cívicas e de exclusão. Para o autor “associations pursuing these goods are unlikely to contribute to the public sphere or to democratic processes of representation, and they are more likely to reinforce uncivic attitudes than civic virtues” (WARREN, 2001, p. 130).

Em quinto, os bens de grupos de identidades exclusivas são bens que dependem de grupos que representam diferenças (religião, etnia, raça, sexo). Com efeito, as associações que buscam esses bens podem contribuir para o pluralismo, diversidade, solidariedade e eficácia, especialmente se esse grupo é marginalizado da cultura dominante desenvolvendo a crítica política, debate na esfera pública e representação política. Por fim, em sexto, os bens sociais inclusivos são bens que incluem recursos culturais, identidades e reconhecimento de objetivos e ideais entre os membros do grupo. Segundo o autor, “the commonalities of recognitions, language, and some knowledge are conditions of public deliberation, bargaining, and other political processes” (WARREN, 2001, p. 132).

Assim, diferentes características produzem diferentes efeitos. A distinção voluntária/não voluntária ajuda a compreender como os conflitos são manuseados no interior das associações e como isso impacta a democracia. As diferenças referentes aos meios em que atuam as associações contribuem para compreendermos a capacidade da associação em promover/reforçar identidades ou desenvolver ações de estratégia para a solução de conflitos, enquanto as características dos propósitos ou bens constitutivos de uma associação explicam os objetivos e metas das associações. Logo é possível compreender que alguns tipos de bens (como os bens públicos) requerem ação coletiva. Já outros tipos de bens (bens materiais individuais, como sindicatos) prestam-se a negociação e compromisso. Enquanto os bens de identidade, como associações de estilo de vida ou religião tendem para representações públicas que visam o reconhecimento do seu grupo.

A próxima seção trata dos três principais efeitos democráticos gerados pelas associações considerados por Warren (2001).

## 2.2 EFEITOS DEMOCRÁTICOS GERADOS PELAS ASSOCIAÇÕES

Warren apresenta três tipos de efeitos democráticos que são gerados pelas associações: efeitos no desenvolvimento dos indivíduos, os efeitos nas esferas públicas e os efeitos institucionais. Conforme as palavras do autor,

These effects are, of course, distinguishable from individual and public sphere effects only for analytic purposes; in reality, the institutional effects are intertwined with others. Political representation and democratic legitimacy, for example, both depend on public judgment subsidiarity – when associations function as devolved venues members (WARREN, 2001, p. 181).

Os efeitos no *desenvolvimento dos indivíduos*, o autor expõe como exemplo, as seguintes capacidades: eficácia, informação, habilidades políticas, virtudes cívicas e qualidades críticas. Segundo Warren (2001, p. 71) “efficacy is the feelings that one could have on impact on collective actions if one so choose to do so”. Assim, o indivíduo tende a desenvolver o sentimento de eficácia política e de autoconfiança participando das ações coletivas. Em parte esse sentimento promove a chance do ator social fazer a diferença nas suas relações políticas e isso dependerá de recursos, locais institucionais e oportunidades, conforme as circunstâncias permitirem.

A participação em associações pode disseminar informações sobre o processo institucional entre os atores sociais, assim as associações empoderam os cidadãos quando tornam as demandas mais transparentes e promovem mais *accountability*. O autor analisa que esse efeito está presente principalmente em grupos de defesa de interesses públicos que têm infraestrutura e recursos para difundir informações. Em vista disso, as associações contribuem para o desenvolvimento das habilidades políticas nos indivíduos, no sentido de, por exemplo, falar em público, negociar e criar soluções para problemas. O autor comenta que esse efeito não se desenvolve apenas em associações com vínculos políticos, mas pode ocorrer em outros grupos, como exemplo, os líderes religiosos de algumas associações também podem desenvolver habilidades políticas.

Nessa perspectiva algumas associações podem cultivar certas virtudes cívicas como o espírito de justiça e a tolerância com os pontos de vistas dos outros. Warren observa que as associações podem promover também as virtudes de reciprocidade, confiança e reconhecimento, pois criam motivações individuais para o apoio aos debates políticos e

cooperação social. Assim, a confiança é construída por meio das relações de reciprocidade, as associações que promovem relacionamentos cooperativos entre os seus membros têm como resultado o reconhecimento deles sobre suas habilidades e capacidades desenvolvidas por meio da participação nesses espaços. Desta forma, o autor analisa que as oportunidades de desenvolvimento críticos e cognitivos são a chave para a possibilidade de participar de processos políticos. As associações podem cultivar uma autonomia individual que habilita o indivíduo a promover as suas qualidades críticas, que consistem em tratar questões com o governo e com outras associações, por meio de julgamentos críticos e autônomos.

Quanto aos efeitos na *esfera pública* consistem em: comunicação e deliberação pública, representações das diferenças e de interesses em comum. As associações podem desenvolver ações comunicativas tendo como base funções democráticas em deliberar acerca de diversos assuntos, por exemplo, a garantia dos direitos humanos. A partir dessas capacidades elas podem adquirir o poder comunicativo, por meio da rapidez ao acesso de informações, principalmente com o uso de recursos tecnológicos. Desse modo, as associações são capazes de influenciar a agenda pública da sociedade, conforme as palavras do autor: “Deliberation requires reciprocal recognition of individuals as speakers, meaning, that individuals respond to the arguments, information, representations, and demonstrations of the others questions” (WARREN, 2001, p. 81).

Há associações que para representar diferenças promovem atos públicos, protestos e desobediência civil, elas têm como consequências a repressão do Estado sob o seu poder comunicativo. Para finalizar, sobre o efeito da representação de interesses em comum, algumas associações têm como símbolos causas humanitárias<sup>3</sup>, elas buscam utilizar-se dessas causas para mobilizar o público a atender as suas reivindicações.

No *efeito institucional* a principal questão é como as instituições governamentais traduzem as capacidades individuais e julgamentos públicos que são promovidos por meio da participação em associações. As associações podem ser úteis para propósitos representativos, estabelecendo um papel decisivo para a representação do interesse dos seus membros, sendo um espaço onde eles podem desenvolver capacidades de comunicação e articulação com as instituições públicas. Nesse contexto, o poder comunicativo só traz representação às associações quando combinado com incentivos. Os membros dessas associações podem desenvolver habilidades de organizar ações coletivas, sendo capazes de resistir ao que não

---

<sup>3</sup>Warren (2001, p. 82) expõe como questões humanitárias situações de vulnerabilidades de saúde (Leucemia, AIDS), sociais (proteção da criança). O autor cita como exemplo ONGs internacionais que desenvolvem esse tipo de trabalho: World Health Organization (WHO), CARE, entre outras.

lhes convém, exigindo maior transparência dos processos públicos e buscando debater propostas com as instituições.

As associações tendem a providenciar estruturas alternativas de governo, resultando em maior oportunidade de participação e responsabilidade, promovendo espaços mais eficientes e democráticos. O Estado cria um complexo sistema de incentivos e monitoramento para avaliar resultados que lhe distancia dos atores sociais, ao contrário das associações que podem estabelecer, como meios de regulamentação e monitoramento seus recursos sociais baseados na confiança e reciprocidade de seus membros. Conforme as palavras do autor: “Subsidiarity suggests that units of collective action should be matched to the scale and nature of the problem” (WARREN, 2001, p. 87).

Os diferentes efeitos do desenvolvimento político no interior associativo e as capacidades das associações em resolver conflitos, em parte podem ser explicados pela capacidade das associações para coordenação e cooperação, pois elas podem agir como agentes democráticos em um contexto de vulnerabilidade, a partir da redução de interesses competitivos. Desse modo, as associações podem contribuir para a legitimidade democrática, segundo Warren (2001, p. 91) “Institutions are democratically legitimate if the policies they enact enjoy the support of public opinion”. Assim, os processos políticos podem ser legítimos quando há estabilidade de conflitos políticos e a igualdade entre os indivíduos.

Nesse contexto, Warren analisa que esses efeitos podem contribuir tanto para a formação de meios não convencionais de representação na esfera pública, quanto impactar nos meios tradicionais. Com efeito, a democracia liberal pode prover locais de ação coletiva, que nem sempre são controlados pelo Estado. Conforme Warren (2001, p. 206) “as venues of collective action become differentiated, pluralized, and extraterritorial, so does politics. Wherever there is politics, there are opportunities for democracy”. Assim, locais compostos por ação coletiva se tornam espaços diferenciados. O mesmo acontece com a política, onde quer que haja política, há oportunidade para a democracia. Com efeito, a vida associativa é repleta de novas possibilidades.

Warren por meio da “ecologia democrática” se propôs analisar os efeitos democráticos de tipos associativos por uma visão teórica mais ampla. O autor observa que diferentes tipos de associações podem provocar distintos efeitos democráticos. Ao generalizar esses tipos de associações corre-se o risco de não identificar os efeitos democráticos gerados por elas. É importante ressaltar que as associações podem ter interesses distintos uma das outras e o mesmo efeito provido por elas pode contribuir de maneira distinta a democracia. Conforme a palavra de Lüchmann,

A ideia de ecologia parece proporcionar ganhos analíticos importantes, na medida em que não apenas expande o olhar para um conjunto mais amplo de práticas associativas, mas também identifica diferenças substantivas entre elas, evitando os riscos de se apontar efeitos democráticos onde eles não existem, especialmente quando se considera o fenômeno associativo de forma abstrata e generalizante (LÜCHMANN, 2014, p. 161).

Por fim, Warren em sua análise teórica observa que a combinação de diferentes tipos de associações pode conduzir tarefas diversas e complementares que tem por finalidade tentar dar respostas democráticas aos conflitos políticos. Isso dá em uma sociedade democrática que depende de proteção, ajuste, empoderamento e regulamentação da vida associativa, a fim de alcançar um ideal de combinações de efeitos democráticos. O autor incentiva a construção de estudos empíricos que apresentem como objeto de estudo a relação entre associações e democracia, a fim de identificar as relações associativas e os seus efeitos democráticos.

Neste estudo pretendemos analisar qual a relação dos efeitos no desenvolvimento dos indivíduos e nos efeitos institucionais nas atividades parlamentares das deputadas federais que exerceram mandatos durante as três últimas legislaturas. Por meio dessa análise será possível identificar a importância da participação em associações para aumentar a qualidade e eficácia da representação política, principalmente no caso de grupos sub-representados, como as mulheres.

O próximo capítulo apresenta os aspectos metodológicos desta pesquisa, os quais contribuíram para a coleta, a construção dos dados e análise dos resultados identificados e uma breve contextualização histórica da participação política das mulheres.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a compreensão das hipóteses levantadas nesta investigação. A primeira seção apresenta a origem do objeto de pesquisa, descrevendo a importância de estudos anteriores para construção e análises dos dados pesquisados. A segunda seção expõe as abordagens metodológicas deste estudo, a partir da descrição das variáveis, coleta e transposição dos dados e os testes estatísticos empregados para análise dos resultados. Por fim, a terceira seção expõe uma breve contextualização histórica da participação política das mulheres a fim de contextualizar os principais acontecimentos que contribuíram para reduzir a sub-representação feminina na política.

#### 3.1 ORIGEM DO OBJETO DE PESQUISA

O tema desta pesquisa foi motivado pelo artigo *Associativismo e representação política feminina no Brasil*, realizado pelos autores Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012). Esses autores construíram um perfil associativo das deputadas federais para as últimas três legislaturas. Os dados foram coletados no Portal da Câmara dos deputados, na aba biografia dos parlamentares, e eles dizem respeito às associações que as deputadas declararam em sua página ter participado antes de assumir o mandato parlamentar. Foram considerados todos os vínculos associativos e movimentos sociais citados pelas deputadas federais presentes nas últimas três legislaturas.

Os pesquisadores construíram um banco de dados contendo todas essas informações. Por conseguinte, realizaram a análise desses dados a partir de testes estatísticos. Como um dos resultados dessa investigação, os autores constatam que mais de 50% dessas parlamentares apresentaram ao menos um tipo de vínculo associativo. Logo, sugeriu-se que a participação em associações importa para a carreira política dessas mulheres. A dissertação de Pinheiro (2006) acerca da trajetória parlamentar feminina aponta que 30,3% das parlamentares investigadas, referentes ao período de 1987 a 2006, são oriundas dos movimentos sociais. Como se percebe, a consideração de vínculos para além dos movimentos sociais, como foi feito no estudo de Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012), aumenta significativamente a presença associativa na carreira das deputadas.

A Tabela 1 apresenta o índice de associativismo das deputadas investigadas. Os autores construíram o índice de associativismo (soma dos vínculos associativos das

deputadas). Esse índice levou em consideração uma escala de 0 a 4. Essa escala indica que as deputadas apresentaram até quatro vínculos com diferentes tipos de associações. Conforme os dados apresentados na tabela 1:

Tabela 1 - Índice de associativismo entre Deputadas Federais, por legislatura:

IA	2003-2007		2007-2011		2011-2015		Agregado	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	16	30.8	18	34.6	22	41.5	56	35,7
1	19	36.5	18	34.6	18	34.0	55	35
2	10	19.2	11	21.2	9	17.0	30	19,1
3	5	9.6	5	9.6	3	5.7	13	8,3
4	2	3.8	-	-	1	1.9	3	1,9
Total	52	100	52	100	53	100	157	100

Fonte: Adaptado do artigo Associativismo e Representação política feminina no Brasil, (ALMEIDA, LÜCHMANN e RIBEIRO, 2012).

A tabela 1 indica o índice de associativismo das deputadas considerado nesse estudo. Nela se verifica que mais de 50% das deputadas apresentam ao menos 1 vínculo associativo, isso pode ser verificado para cada uma das legislaturas estudadas. Já a tabela 2 apresenta a distribuição da frequência das modalidades de associativismo entre as deputadas federais nas legislaturas consideradas. Os autores classificaram os vínculos associativos encontrados na biografia das deputadas em dez categorias, conforme os dados da tabela 2:

Tabela 2 - Modalidades de associativismo entre deputadas, por legislatura (%)

Modalidades de associativismo	2003-2007	2007-2011	2011-2015
Sindicatos	36,5	32,7	22,6
Profissional	25	9,6	5,7
Organização de mulheres	13,5	13,5	17
Estudantil	13,5	15,4	9,4
Direitos humanos	11,5	9,6	9,4
Comunitária	9,6	9,6	9,4
Assistencial	5,8	5,8	3,8
Defesa de grupos	0	3,8	5,7
Religiosa	1,9	3,8	9,4
Fiscalização de governo	1,9	0	0
<b>N</b>	<b>52</b>	<b>52</b>	<b>53</b>

Fonte: Adaptado do artigo Associativismo e Representação política feminina no Brasil, (ALMEIDA, LÜCHMANN e RIBEIRO, 2012).

A tabela 2 apresenta uma distribuição de frequência das modalidades de associativismo encontradas entre as deputadas nas legislaturas consideradas. Os autores demonstram que os vínculos associativos mais presentes entre as parlamentares pesquisadas

estão relacionados ao mundo do trabalho como sindicatos e organizações profissionais. E, também, os testes estatísticos realizados indicaram um aumento da participação dessas deputadas em associações religiosas combinada com um engajamento em organizações de mulheres.

A partir dessa abordagem, os pesquisadores mencionam que as parlamentares podem apresentar mais de um tipo de vínculos associativos, podendo haver associações entre alguns desses vínculos, como entre associações comunitárias e direitos humanos, organizações sindicais e estudantis e por fim, organizações religiosas e organizações de mulheres. Esses resultados foram obtidos estatisticamente por meio de uma análise fatorial das modalidades do associativismo.

A relação entre partidos e os vínculos associativos é identificada nesse estudo, que observa uma correlação entre o perfil político-partidário e o tipo de vinculação associativa. Para identificar possíveis relações entre a legenda partidária das deputadas e o nível de associativismo os autores realizaram cruzamentos e testes de associação do índice somatório de ativismo com os cinco partidos que contam com maior presença feminina (PT, PMDB, PSDB, PC do B e PSB).

As deputadas que pertencem ao Partido dos Trabalhadores (PT) tendem a apresentar um envolvimento em organizações sindicais e profissionais. Em contraste a isso, as parlamentares pertencentes ao PMDB apresentam baixo envolvimento em associações, apenas em organizações feminina há uma participação considerável. As deputadas do PSDB apresentam poucos vínculos associativos e quando esses estão presentes, quase sempre, trata-se de associações profissionais. Já as deputadas do PC do B foram as que apresentaram um significativo número de vínculos associativos, quase sempre expressos pelo movimento estudantil. O PSB é composto por deputadas com perfil fracamente associativo para as legislaturas consideradas nesse estudo. De modo geral evidencia-se uma relação entre pertencimento partidário e os vínculos associativos das parlamentares, podendo ser explorada por meio de novos estudos. A próxima seção indica a metodologia e técnicas de pesquisa utilizadas para a realização das inferências deste estudo.

### 3.2 METODOLOGIA E TÉCNICA DE PESQUISA

O estudo apresentado na seção anterior motivou o interesse em analisar qual o impacto dos vínculos associativos nas atividades parlamentares realizadas pelas deputadas presentes nas últimas três legislaturas. É importante mencionar, que a princípio poderíamos ter observado o perfil e o efeito do associativismo em outros grupos da sociedade. No entanto, destaca-se a relevância em observar essa relação em grupos sub-representados na política, como é o caso feminino.

Para identificar os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino investigamos a presença dos vínculos associativos das deputadas nas atividades desenvolvidas por elas. O estudo empírico considerou as deputadas federais para legislatura número 52, 53 e 54. Conforme apresentada na seção anterior, utilizamos neste estudo o banco de dados construído pelos autores Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012). Assim, buscamos complementar esse banco de dados com novas variáveis, a fim de responder as hipóteses consideradas nesta pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio do Portal da Câmara dos Deputados e as informações coletadas referem-se ao tema e número de projetos de lei propostos e aprovados pelas deputadas e a presença delas em comissões e cargos de liderança. Para a variável: cargo de liderança, analisamos a presença das deputadas como líder de bancada, líder de partido, presidente/ relatora de comissões, frente de trabalho e grupo de trabalho e mesa diretiva. Consideramos para esta investigação todas as deputadas federais referentes às legislaturas investigadas. Conforme os autores,

É fundamental esclarecer que consideramos para essa investigação o total de deputadas listadas pelo portal do Congresso Nacional na busca realizada para cada uma das legislaturas abordadas. Isto significa que nosso banco de dados incluiu, além das deputadas em exercício, as licenciadas, as suplentes, as que renunciaram ou perderam os seus mandato (ALMEIDA, LÜCHMANN E RIBEIRO, 2012, p. 245).

A construção deste estudo contou com uma abordagem quantitativa dos dados. Reconhecemos os limites do método quantitativo e também destacamos a importância em complementar os resultados identificados com outros estudos quantitativos, como também qualitativos. Ao observar a relação entre as atividades parlamentares femininas e o índice de associativismo, nos embasamos teoricamente no estudo de M. Warren (2001). O autor, conforme mencionado no capítulo anterior, nos apresenta os efeitos do associativo em três

dimensões: individual, esfera pública e institucional. Portanto, para este estudo buscamos nos aprofundar em dois desses efeitos: individuais e institucionais.

Nesse sentido, levantamos a hipótese que as deputadas mais participativas em associações são aquelas mais ativas na câmara dos deputados e, buscamos verificar a relação entre as seguintes variáveis: proposição de projetos e participação em comissões pelas deputadas com o índice de associativismo delas. A partir desses dados buscamos identificar se as deputadas mais participativas são as deputadas mais eficazes no parlamento. Essa indagação parte do princípio que o número de projetos aprovados como também a presença em cargos de lideranças na câmara dos deputados pode ter relação com as habilidades geradas pela participação das deputadas em associações, tal como Mark Warren (2001) sugeriu, quando argumenta que ao participar de associações os cidadãos podem desenvolver inúmeras habilidades, como se tornar mais informados, participativos, críticos e autônomos.

Para complementar esta investigação construímos o índice de eficácia. Esse índice resulta da proporção entre projetos aprovados e propostos pelas parlamentares. Por meio da relação entre o índice de associativismo e o índice de eficácia é possível identificar se participação em associações influencia na eficácia parlamentar dessas mulheres. Lembrando que as associações tendem a se aproximar das instituições, e assim promover a igualdade representativa, isto é, cidadão com menos recursos podem alcançar a igualdade política. Como também, contribuir para a governança alternativa, por meio de ações mais próximas do governo, promovendo maior eficácia as políticas.

Por conseguinte, durante a coleta de dados verificou-se que as deputadas propõem projetos de leis em diversas áreas, tais como saúde, educação, assistência social, trabalho, fiscalização do governo, entre outros. Em vista disso, houve o interesse em identificar se as deputadas mantêm afinidade temática entre proposição de projetos e comissões e os vínculos associativos. Podemos observar nessa relação os efeitos institucionais das associações. Segundo Warren, esse efeito pode aumentar e qualificar a representação política.

È importante reconhecer que estabelecer relações entre participação e representação política, a partir de vínculos associativos não contempla todas as questões externas presentes nessa relação. Isto é, as associações são apenas um meio de medir o impacto da participação dos cidadãos em grupos que podem desenvolver habilidades políticas. No entanto, tanto no interior das associações quanto na câmara dos deputados há uma série de especificidades, as quais provavelmente não seriam possíveis abordar neste estudo, diante de sua amplitude e complexidade. Por isso, a necessidade em delimitar o campo de investigação e optar por

determinadas medidas que possam contribuir para o debate da relação entre representação e participação e a legitimidade democrática, por meio de práticas associativas.

Os dados coletados para este estudo foram testados estatisticamente por meio do teste de correlação de Pearson's R. Esse teste é uma medida de associação bivariada, o qual mede a força do relacionamento entre duas variáveis, aplicando-se para variáveis contínuas. Para obter os resultados quantitativos presentes no próximo capítulo, consideramos o valor do teste estatístico e desconsideramos o teste de significância da hipótese nula. Há uma literatura que questiona o uso do teste de significância, segundo Jeff Gill (1999) existe evidências de que o teste de hipóteses de significado nulo pode apresentar falhas e ser mal compreendido. Para Gill esse teste apresenta alguns problemas quanto a inconsistências lógicas e outros de natureza interpretativa. O autor critica a lógica de que os dados só seguirão um padrão esperado se a hipótese nula for verdadeira.

Essa literatura apresenta como uma das alternativas ao desconsiderar o teste de significância da hipótese nula, analisar os dados por meio do intervalo de confiança. Conforme Gill (1999) essa técnica fornece algumas informações, sem requerer a uma decisão em relação a hipótese nula. O aumento do intervalo de uma amostra reduz o seu tamanho, assim conseguimos expressar corretamente nossa maior certeza sobre o parâmetro de interesse. Esta é uma analogia para uma correta interpretação de aumentar a força em um teste de significância da hipótese nula em amostras aumentadas. Para o autor a maioria dos mal entendidos sobre o tamanho da amostra quanto à qualidade da mensuração da hipótese nula resulta de uma pobre compreensão do Erro Tipo II (falsa aceitação ou Erro Beta, quando de fato a hipótese nula é falsa, mas não conseguimos rejeitá-la com base na análise dos resultados da amostra).

Neste sentido, realizamos este estudo com um grupo censitário de deputadas federais presentes nas últimas três legislaturas. Para a realização dos testes estatísticos consideramos um número de 157 parlamentares. Isso contribuiu para aumentar a força dos testes e redução do teste de significância e assim possibilitar uma hipótese nula verdadeira para a análise dos resultados. É importante mencionar que ao longo de um mandato a/ o parlamentar tem o direito de se licenciar do cargo por motivos pessoais, tais como problemas de saúde ou para assumir um novo cargo. A próxima seção apresenta uma breve contextualização histórica da participação política feminina.

### 3.3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

O debate a respeito da participação feminina na política está presente no parlamento brasileiro desde o final do século XIX. Em 1910 a Professora Leonilda Daltro com um grupo de mulheres cria o Partido Republicano Feminino, uma organização voltada para a defesa dos direitos da mulher desse período. Já em 1922, surge a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderado por Bertha Lutz. Essa federação reivindicava os direitos ao voto feminino, apesar desse movimento não propor o rompimento com os tradicionais papéis da mulher contribuiu para o reconhecimento dos seus direitos políticos.

Em 1932, com a promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro, uma das conquistas femininas nesse período foi o direito ao voto. A primeira eleição após a conquista feminina ao voto ocorreu em 1934. Foram eleitos 214 deputados federais, sendo apenas 1 mulher e uma suplente. Segundo Pinheiro (2006), esse resultado refletiu o número restrito de candidaturas de mulheres, além da reduzida força dos movimentos femininos na época.

Em 1975, a ONU declarou como o Ano Internacional da Mulher. Neste ano foi realizado a 1ª Conferência da mulher. No Brasil, em 1979, iniciou a realização de Encontros Feministas Nacionais. Os movimentos de mulheres se intensificam e se encaminham para outras áreas políticas, tais como movimentos comunitários, partidos e sindicatos, além das fortes críticas as práticas sexistas.

Durante o período militar brasileiro, em 1982, ocorreram as primeiras eleições diretas para governadores pós-golpe de 1964. Nesse período é criada a primeira plataforma feminista, o “Alerta Feminista”, com um conjunto de reivindicações realizadas por mulheres, destinadas a todos os candidatos e candidatas, no Rio de Janeiro. Estas reivindicações dos movimentos de mulheres contribuíram para instituir legalmente o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a nova Constituição Federal Brasileira, proclamada em 1988, a qual previa a garantia da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

É importante destacar que além da participação eleitoral, o tema mulher e política abrange outras formas de participação individual e coletiva. Nas décadas de 80 ocorreu no Brasil um aumento do número de movimentos sociais voltados a temas feministas, isso permitiu as mulheres novas formas de participação e oportunidades políticas. Para Pinheiro,

A entrada na política institucional via movimentos sociais ou associativos abre novas portas para a participação feminina (...). Tais espaços constituem-se em esferas privilegiadas de formação e acúmulo de capital político, entendido como um tipo de capital simbólico que confere ao seu detentor o reconhecimento da legitimidade para agir no campo político (PINHEIRO, 2006, p. 21).

Em 1995 foi realizada em Beijing, a IV Conferencia Mundial a respeito da mulher que aprovou a Plataforma de Ação, a qual dedicou um capítulo à questão da mulher no poder e na tomada de decisões. Esse documento foi assinado por 184 delegações internacionais, sendo uma delas o Brasil. No caso brasileiro uma das medidas tomada com base nesse documento foi inserção de um sistema de cotas para eleições proporcionais conforme da legislação específica.

O sistema de cotas entrou em vigor no Brasil nas eleições de 1996, o dispositivo reservava 20% das vagas de candidaturas nas eleições proporcionais para as mulheres. Em 1997 esse dispositivo foi revisado na Lei Eleitoral, para as próximas eleições passou a reservar de no mínimo 30 e no máximo 70% das vagas de candidaturas para ambos os sexos. Para Rodrigues (2004), a adoção do sistema de cotas proporciona debates e oportuniza uma maior conscientização a respeito da sub-representação feminina. Mas, não tem sido uma medida eficaz para a inserção de mulheres no cenário político. Por exemplo, os partidos não são penalizados caso não cumpram o preenchimento das cotas para mulheres. Por isso, a necessidade de medidas que possam promover de forma mais efetiva a participação e a representação política da mulher.

Nesse contexto, informações do IPU<sup>4</sup> a respeito da presença feminina na política brasileira indicam que as mulheres ocupavam no final de 2014 apenas 9,9% das cadeiras na Câmara dos deputados e 13,6%, no senado. Esses percentuais colocam o país 124º lugar considerando um total de 189 países de diferentes partes do mundo. Conforme Cotta o Parlamento pode definir-se como,

uma assembleia ou um sistema de assembleias baseadas num "princípio representativo", que é diversamente especificado, mas determina os critérios da sua composição. Estas assembleias gozam de atribuições funcionais variadas, mas todas elas se caracterizam por um denominador comum: a participação direta ou indireta, muito ou pouco relevante, na elaboração e execução das opções políticas, a fim de que elas correspondam à "vontade popular" (COTTA, 1998, p. 880).

As assembleias parlamentares se organizam em comissões e os critérios desse sistema variam de um parlamento para outro. Segundo Cotta, as principais funções parlamentares são a representação, legislação, controle do Executivo e legitimação. Os representantes políticos (parlamentares ou deputados e senadores) têm como principais atividades a elaboração e

---

<sup>4</sup>Inter-Parliamentary Union (IPU), 2014. Disponível em <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>> Acesso em 26/01/2015.

aprovação ou não de leis, além fiscalizar os atos do Executivo e do próprio Legislativo. Logo, o parlamento é um lugar público onde se debate os temas de interesse sociais.

Para Pinheiro (2006), a presença de mulheres no Parlamento brasileiro tem relação com as conquistas femininas na sociedade, por exemplo, o aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho. No entanto, nas instituições políticas o espaço feminino ainda é reduzido. A necessidade da mulher em conciliar a vida pública e a privada e as dificuldades para conseguir financiamento às candidaturas podem prejudicar a carreira política das mulheres. A autora argumenta,

as discussões sobre representação e participação evocam, em geral, o ideal democrático, ou seja, pressupõem a existência de cidadãos capazes de participar da vida política e de nela serem representantes e representados. A garantia dessa participação torna-se ainda mais importante uma vez que a participação e a representação passam a exercer o papel de mediação entre sociedade e Estado (PINHEIRO, 2006, p. 18).

O conceito de participação é abrangente, segundo Sani (1998, p. 888), a expressão participação política na ciência política pode ser utilizada para indicar várias ações tais como: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas, entre outros.

Nesse sentido, as mulheres tem apresentado uma maior participação política na sociedade civil, com presença em diferentes movimentos sociais. De acordo com Rodrigues,

a presença de mulheres em posições expressivas de representação política está intimamente relacionada ao processo de redemocratização do Estado brasileiro, o qual tende a ser tão substantivo quanto maior for a participação das mulheres e o respeito aos direitos das mulheres (RODRIGUES, 2004, p. 7).

No caso das esferas institucionais (Legislativo, Executivo e Judiciário) a participação feminina é reduzida. Já nos partidos, a presença de mulheres tem demonstrado um avanço nos últimos anos. Por isso, independente da atuação política das mulheres é importante que entre o Estado e a sociedade haja uma conexão que possa promover uma maior participação e representação feminina na política.

O próximo capítulo apresenta uma análise quantitativa dos resultados obtidos por esta pesquisa, referentes aos três últimos mandatos. Desse modo, pretende-se compreender a influencia dos vínculos associativos, por meio da análise dos efeitos individuais e

institucionais nas atividades parlamentares femininas, a fim de contribuir com o debate entre representação e participação para a legitimidade democrática.

#### **4 OS EFEITOS INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL DO ASSOCIATIVISMO NO DESEMPENHO PARLAMENTAR FEMININO**

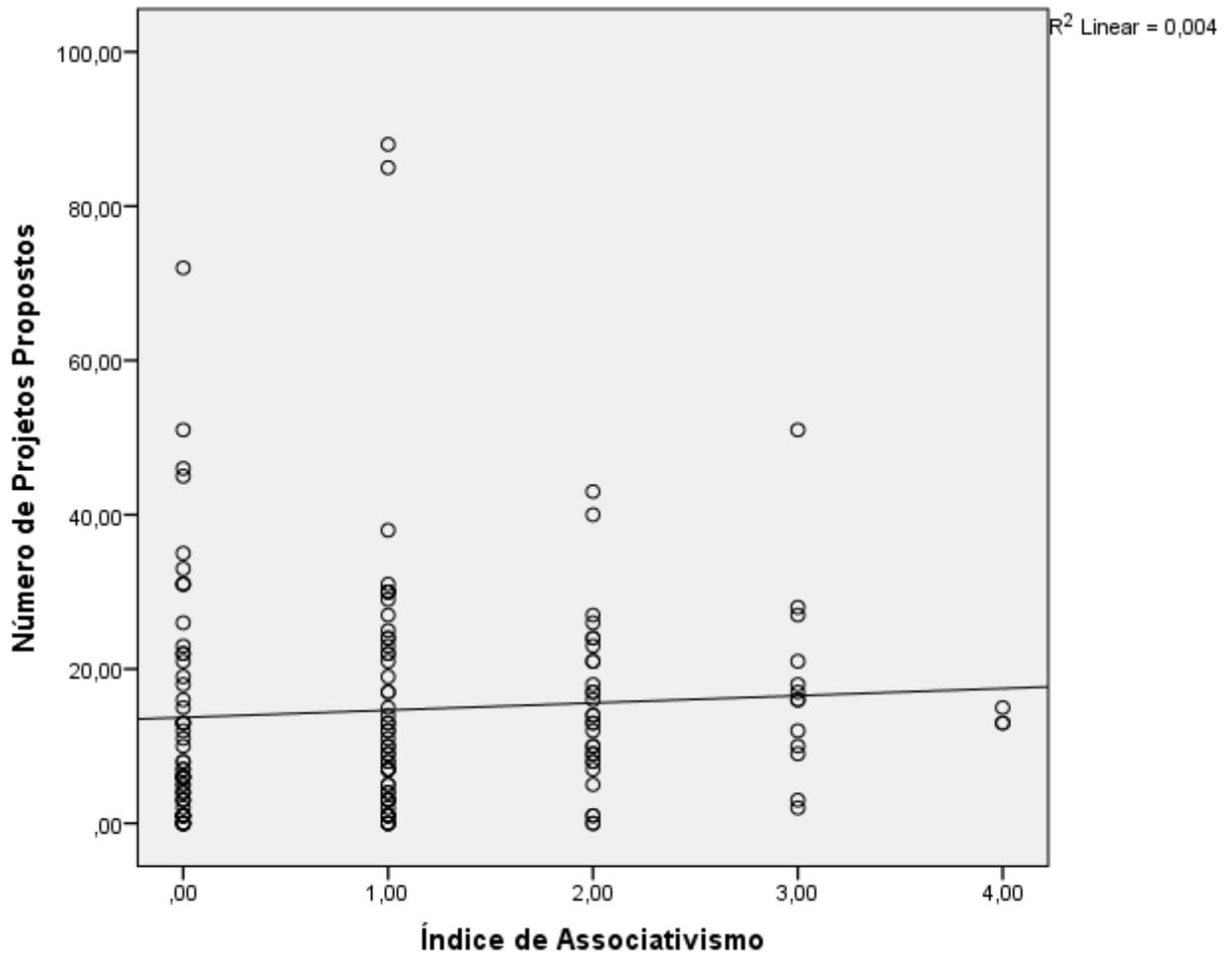
O tema das relações entre associativismo e democracia é importante para compreendermos a relação entre a participação em associações e os seus efeitos no desenvolvimento individual e institucional das deputadas federais consideradas neste estudo. Os resultados indicam a intensidade da correlação entre as atividades parlamentar feminina (proposição de projetos, projetos aprovados, comissões e cargos de liderança) o índice de associativismo dessas mulheres para as três últimas legislaturas.

O capítulo está dividido em três seções. A primeira seção indica se as deputadas mais participativas são também as mais ativas no congresso. Já segunda seção identifica se as deputadas mais participativas são também as mais eficazes no desempenho das suas atividades parlamentares. Por último, a terceira seção analisa a relação acerca da afinidade entre tema do projeto proposto e das comissões que as deputadas participaram e o vínculo associativo.

##### **4.1 DEPUTADAS MAIS PARTICIPATIVAS SÃO TAMBÉM AS MAIS ATIVAS NO CONGRESSO?**

Essa seção apresenta os resultados de pesquisa realizados por meio de testes estatísticos que buscaram relacionar o índice de associativismo dessas mulheres com algumas atividades desempenhadas por elas durante as legislaturas pesquisadas. Quanto as variáveis analisadas nas tabelas a seguir é importante mencionar algumas colocações do autor M. Warren (2001), o qual motivou as hipóteses desta pesquisa. Segundo o autor as associações podem gerar efeitos democráticos no desenvolvimento dos indivíduos e efeitos institucionais nas instituições governamentais. Diante disso, buscamos observar de forma específica esses efeitos no desempenho parlamentar feminino. Os gráficos a seguir demonstram a relação entre o ativismo parlamentar e os vínculos associativos das deputadas. A intenção foi verificar se há correlação entre o número de projetos propostos/ participação em comissões e o índice de associativismo das deputadas de modo a sabermos se as parlamentares mais participativas são também as mais ativas no congresso.

Gráfico 1 - Correlação entre número de projetos propostos e índice de associativismo



Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar Feminino.

O gráfico 1 demonstra como as deputadas consideradas neste estudo se posicionam em relação a proposição de projetos e o índice de associativismo. Cada um dos pontos incluídos no gráfico representa uma deputada pesquisada e a sua localização depende dos valores que ela possui em cada variável. Observamos no gráfico que há casos de outliers, três deputadas propuseram acima de 70 projetos, enquanto as demais parlamentares apresentaram até 51 projetos. Quanto à visualização do gráfico, a linha reta indica que há linearidade e a sua leve inclinação em trajetória ascendente informa sobre seu caráter positivo e uma fraca correlação entre as variáveis analisadas.

Em anexo encontra-se a tabela 8 que apresenta a frequência da relação entre número de projetos propostos e índice de associativismo. Os resultados apresentados nessa tabela indicam primeiramente, que as variáveis apresentam um conjunto homogêneo com um desvio padrão próximo da média. Há uma fraca correlação entre número de projetos propostos e

índice de associativismo, com o valor de  $R = ,065$ . Em relação à variável projetos propostos, as parlamentares em geral apresentaram em média 14 projetos. Já a variável índice de associativismo as deputadas pesquisadas apresentam em média 1 vínculo associativo. Entre as deputadas com vínculo associativo, 64% delas propuseram projetos. No entanto, o teste estatístico indica haver uma correlação nula entre vínculo associativo e proposição de projetos. Logo, podemos concluir que as deputadas mais participativas em associações não são, nesse caso, as mais ativas no parlamento.

A próxima atividade parlamentar analisada neste estudo refere-se às comissões parlamentares que as deputadas atuaram durante as legislaturas analisadas. O sistema de comissões do Congresso Nacional tem sua fonte no artigo 58 da Constituição Federal, que determina a existência de comissões permanentes e temporárias. O regimento interno da Câmara dos deputados, no artigo 23, refere-se à constituição das comissões.

As comissões permanentes têm como funções verificar os assuntos ou proposições submetidas ao seu exame, como também deliberar acerca de tais temáticas. Acrescenta-se o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, na área dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação. O número de membros na composição das comissões permanentes é determinado pela Mesa Diretora, considerando-se o princípio da proporcionalidade partidária. Conforme as palavras de Figueiredo,

Adota-se, para esse procedimento, o critério de proporcionalidade da composição de partidos e blocos parlamentares representados na Casa para a distribuição de lugares, para eleição do Presidente, a quem cabe a ordenação dos trabalhos e a designação de relatores. Esses mecanismos compõem a disputa regimental e política pelo controle das comissões, um importante espaço de atuação parlamentar (FIGUEIREDO, 2011, p. 25).

Já as comissões temporárias são compostas para tratar de determinados temas de acordo com o momento e o grau de importância que lhe forem atribuídos, sendo extintas quando for alcançado o objetivo a que se destinam. Essas comissões, Conforme Figueiredo,

São compostas do número de membros que for previsto no ato ou requerimento de sua constituição, designados pelo presidente da Câmara por indicação dos líderes partidários. De acordo com artigo 33 do Regimento Interno, podem ser especiais, de inquérito e externas (FIGUEIREDO, 2011, p. 25).

Assim, as comissões especiais são formadas para dar pareceres a respeito de propostas de emenda à constituição, projetos de código e proposições que tratem de matéria cujo mérito deve ser analisado por mais de três comissões, em conformidade com o artigo 34 do Regimento. Já as CPIs são criadas para investigar um fato específico e por um prazo determinado. Por fim, as comissões externas têm por finalidade o cumprimento de missões

temporárias autorizadas, sendo as mesmas sujeitas à deliberação do plenário quando suas atividades importarem ônus para a Casa.

A tabela 3 demonstra o resultado da quantidade de comissões que as deputadas participaram para as legislaturas número 52, 53 e 54:

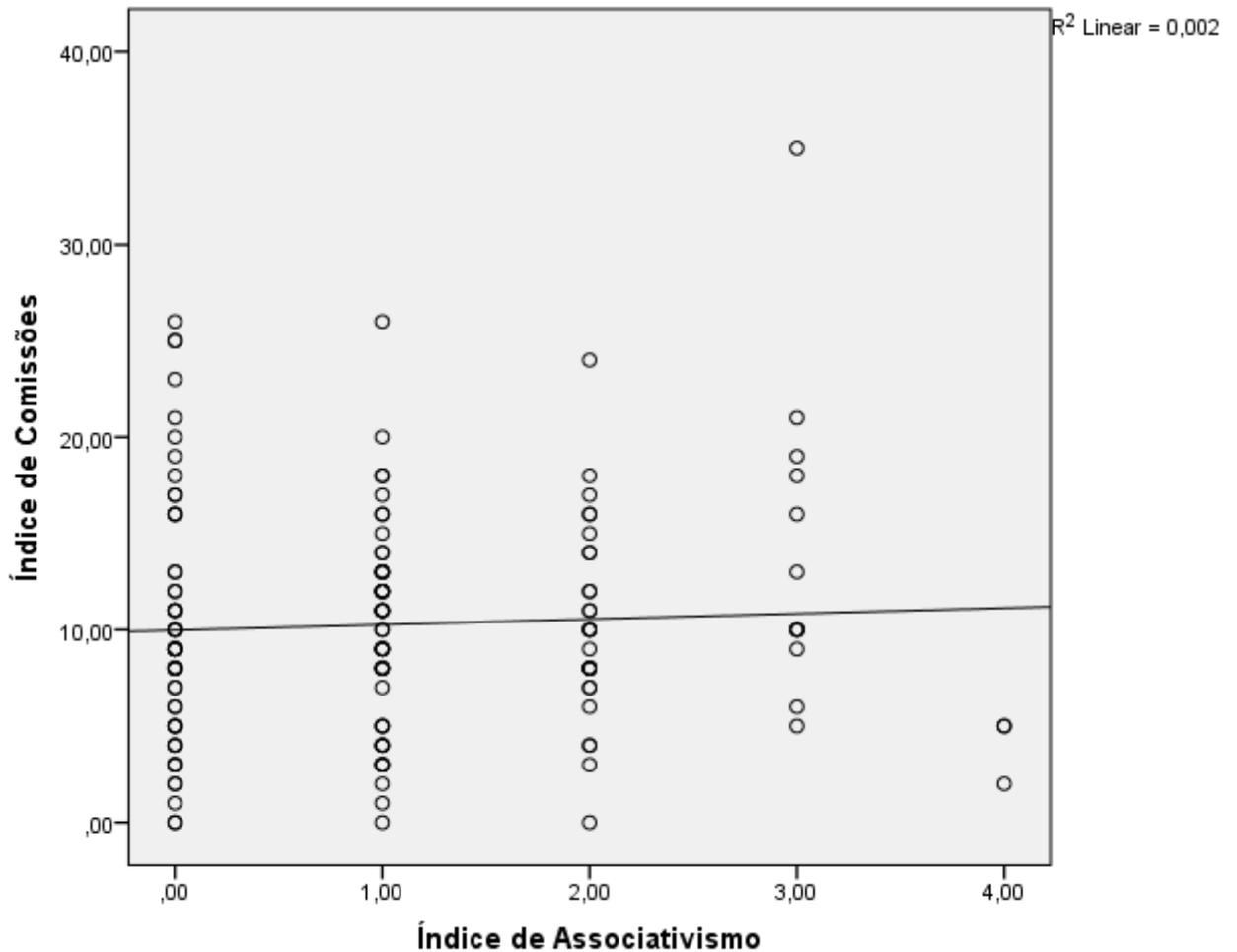
Tabela 3 - Número de comissões parlamentares que as deputadas participaram nas legislaturas 52º, 53º e 54º

<b>Tipo de Comissões</b>	<b>Número de Tipo de Comissões</b>	<b>%</b>	<b>n deputadas</b>
Permanente	498	31,00	152
Especial	876	54,20	141
Externa	135	8,30	90
Mista	22	1,40	13
CPI	83	5,10	62
<b>TOTAL</b>	<b>1.614</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino.

A tabela 3 demonstra que as comissões permanentes e especiais representam 85,2% do número total de comissões com presença de deputadas, enquanto as comissões externas, mistas e comissões parlamentares de inquéritos representam 14,8% desse número. Esses dados indicam que as parlamentares para as legislaturas analisadas concentraram as suas atividades em comissões Permanentes e Especiais. Para analisar a relação entre o número de comissões e índice de associativismo consideramos o número total de comissões que as deputadas participaram, independente do tipo de comissão parlamentar, conforme o gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 - Correlação entre número de comissões e Índice de associativismo das deputadas



Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar Feminino.

O gráfico 2 indica a correlação entre o índice de comissões (número de comissões que as deputadas participaram) e o índice de associativismo delas. Cada um dos pontos incluídos no gráfico representa uma deputada pesquisada e a sua localização depende dos valores que ela possui em cada variável. Podemos observar que há muitos pontos dispersos da reta. Mas a linha reta indica que há linearidade e a sua leve inclinação em trajetória ascendente informa sobre seu caráter positivo e uma correlação nula entre as variáveis analisadas, com valor de  $R = ,050$ .

A tabela 9 que se encontra em anexo indica a frequência dessa relação. As parlamentares participaram em média de 10 comissões. Entre as deputadas com vínculo associativo, 64,3% delas participaram de comissões. É importante mencionar que a composição das comissões e a formação dos membros são indicadas conforme a proporcionalidade dos partidos, como o caso das comissões permanentes. Isso pode limitar o

poder de escolha e a identificação das deputadas para participar dessas comissões. Diante disso, o teste estatístico indica uma correlação nula entre vínculo associativo e participação em comissões. Assim, podemos concluir que as deputadas mais participativas em associações não são, nesse caso, as mais ativas no parlamento.

#### 4.2 AS DEPUTADAS MAIS PARTICIPATIVAS SÃO TAMBÉM AS MAIS EFICAZES NO DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES PARLAMENTARES?

As habilidades democráticas podem ser desenvolvidas por meio da participação em associações. Segundo Warren (2001), os membros das associações podem desenvolver habilidades de comunicação, políticas, resolução de conflitos, entre outras que contribuem a prática política e a aproximação com a esfera pública. As tabelas abaixo apresentam os resultados quanto à participação e eficácia das deputadas investigadas no desempenho de suas atividades parlamentar, com o propósito de identificar se as deputadas mais participativas são também as mais eficazes no desempenho de suas atividades parlamentares.

Tabela 4 - Correlação entre número de projetos aprovados e índice de associativismo das deputadas

Número de Projetos Aprovados	Índice de Associativismo					Total
	,00	1,00	2,00	3,00	4,00	
,00	37	36	17	6	2	98
1,00	15	12	9	5	1	42
2,00	3	7	3	1	0	14
3,00	1	0	1	1	0	3
n = 157		Pearson`s R = ,105				

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino

Os dados presentes na tabela 4 demonstram que 98 deputadas não aprovou nenhum projeto, 42 parlamentares aprovou 1 projeto, 14 parlamentares aprovaram 2 projetos e 3 parlamentares aprovou 3 projetos. Desse modo, 62,4% das deputadas analisadas não aprovaram nenhum projeto, enquanto 37,6% aprovaram de 1 a 3 projetos. As parlamentares em geral aprovam em média 0,50 projetos. Nesse sentido realizamos um teste Pearson`s R, o qual apresentou uma fraca correlação entre o número de projetos aprovados e o índice de associativismo das deputadas. Assim, nossa hipótese não se confirmou: as deputadas mais participativas não são necessariamente as mais eficazes, considerando-se como tais as que conseguem aprovar projetos.

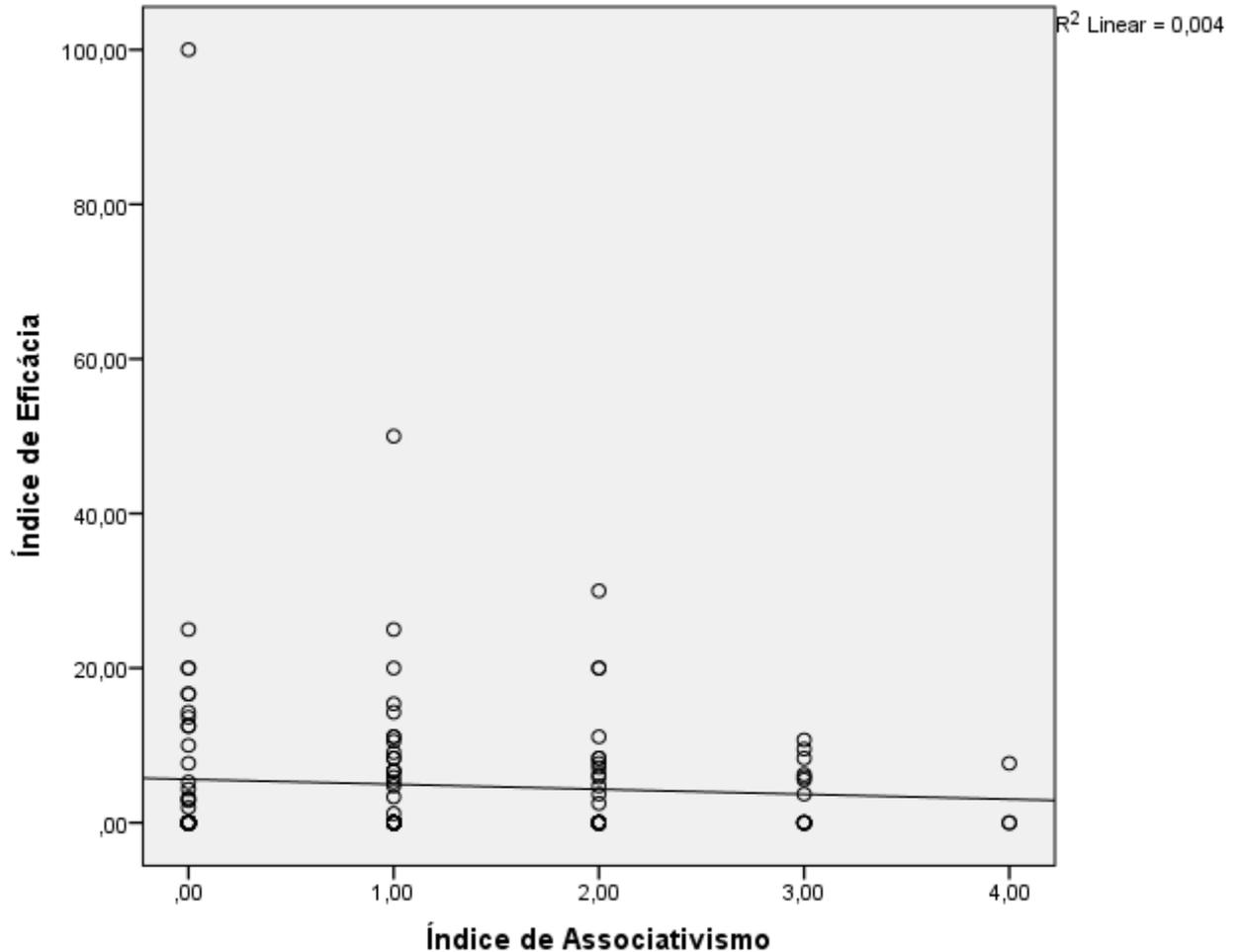
Diante desses dados, é importante mencionar que a construção de um projeto de lei e a sua respectiva aprovação depende de vários fatores relacionados à dinâmica do parlamento, como influência do Executivo ou as dificuldades de composição da agenda parlamentar. Conforme as palavras de Cruz:

A elaboração de uma lei passa por vários caminhos. Quando apresentadas na forma de projetos de lei, as proposições podem ter seu exame iniciado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, conforme o caso. No entanto, os projetos de lei devem ser sempre apreciados pelas duas Casas do Congresso e, posteriormente, remetidos ao Presidente da República para sanção ou veto, conforme estabelece a Constituição Federal (CRUZ, 2009, p. 17).

Acrescenta-se que os projetos de leis podem ser complementares ou ordinários, os dois se destinam a alterar leis federais ou criar outras completamente novas. A principal diferença entre eles é que no caso do Projeto de lei complementar a sua aprovação depende da votação da maioria absoluta (Cruz, 2009). Essas informações podem implicar na quantidade de projetos aprovados pelas deputadas e interferir na relação entre número de projetos propostos e aprovados (eficácia parlamentar feminina), por isso a importância em mencioná-las neste estudo.

O gráfico 3 demonstra a correlação entre o índice de eficácia e o índice de associativismo das deputadas analisadas. O Índice de eficácia foi construído por meio da proporção entre projetos aprovados e projetos propostos ( $PA/PP*100\%$ ). Esse índice mede o quanto as deputadas são eficazes em relação ao percentual do número de projetos aprovados e propostos por essas mulheres. Conforme os dados a seguir:

Gráfico 3 - Correlação entre índice de associativismo e índice de eficácia das deputadas



Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar Feminino.

O gráfico 3 indica a posição das deputadas consideradas neste estudo em relação ao índice de eficácia (proporção entre projetos aprovados e projetos propostos) e ao índice de associativismo. A linha reta indica que existe linearidade e a sua leve inclinação em trajetória descendente informa sobre seu caráter negativo entre as variáveis observadas. Podemos verificar nesse caso que o aumento da variável índice de associativismo diminui a variável índice de eficácia. O teste de correlação de Pearson's R resultou um valor de  $-0,062$ , o que demonstra uma correlação negativa entre as variáveis consideradas.

O índice de eficácia parlamentar das deputadas apresentou um desvio padrão maior que a média, logo as variáveis não apresentam um conjunto homogêneo. A tabela 10 localizada em anexo demonstra a frequência em percentual dessa relação, que apresentou uma

variação de 0 a 100%, o que dificulta a homogeneidade do conjunto de variáveis. Quanto aos resultados obtidos por essa correlação, 37 deputadas apresentaram um índice de eficácia de 1% a 10%, 16 parlamentares de 11% a 20% e 5 parlamentares apresentaram um índice acima de 25%. O que nos indica que as deputadas apresentam um baixo índice de eficácia política. Isso ocorre principalmente em relação ao reduzido número de projetos aprovados pelas parlamentares.

A próxima atividade é a presença das deputadas em cargos políticos. Buscamos identificar a relação entre índice de associativismo das deputadas e a presença em cargos de liderança na câmara parlamentar. Um dos cargos de liderança mais importante na câmara é a Mesa Diretiva. Esse órgão possui amplos poderes ligados à gestão interna dos recursos da casa e a fixação da pauta de votações, sendo eleita pelos pares a cada dois anos.

A Mesa Diretiva é formada por um presidente, seis outros titulares e quatro suplentes. Mas nunca nenhuma mulher ocupou qualquer cargo na mesa. Segundo Figueiredo (2011), no Brasil a organização interna dos trabalhos legislativos é altamente centralizada, baseada na presença de órgãos de direção dos trabalhos legislativos, como o Colégio de Líderes e a Presidência da Mesa Diretora. Em seu estudo, a autora argumenta que há um forte poder dos líderes partidários sobre a pauta dos trabalhos (FIGUEIREDO, 2011, p. 20). Assim, a tabela 10 demonstra a relação entre os cargos de liderança que as deputadas participaram nas últimas três legislaturas analisadas e o índice de associativismo dessas parlamentares:

Tabela 5 - Correlação entre número de cargos de liderança e índice de associativismo

Número de Cargos de Liderança	Índice de Associativismo					Total
	,00	1,00	2,00	3,00	4,00	
,00	41	30	12	6	2	91
1,00	11	17	11	4	1	44
2,00	2	6	5	2	0	15
3,00	2	1	1	1	0	5
4,00	0	0	1	0	0	1
6,00	0	1	0	0	0	1

n = 157      Pearson's R= 0,174

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino.

A tabela 5 indica uma correlação fraca entre cargos de lideranças e índice de associativismo, o teste de Pearson's R indica um valor de ,174. Os dados demonstram que 42% das deputadas ocuparam de 1 a 6 cargos de liderança. Esse resultado é importante, pois demonstra haver uma correlação positiva entre as variáveis observadas. Desse modo,

podemos sugerir que para o caso de cargos de liderança nossa hipótese se confirma: as deputadas mais participativas em associações são também as mais eficazes no sentido de ocupação de cargos de liderança no Congresso.

#### 4.3 HÁ AFINIDADE TEMÁTICA ENTRE O VÍNCULO ASSOCIATIVO DAS DEPUTADAS E OS PROJETOS E COMISSÕES QUE ELAS PARTICIPAM NO CONGRESSO?

As próximas tabelas demonstram a afinidade entre as áreas temáticas dos projetos e comissões que as parlamentares atuaram durante os seus mandatos para as legislaturas analisadas e os vínculos associativos delas. Com isso, buscamos identificar o efeito da participação em associações na instituição, ou seja, o quanto a participação em associações influencia as temáticas em debate no campo institucional.

É importante esclarecer que para estabelecer a relação entre os projetos propostos e comissões que as deputadas atuaram e os vínculos associativos nutridos pelas parlamentares que estão presentes nas tabelas 6 e 7, consideramos a classificação daqueles vínculos já contidos no estudo de Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012). Assim, a área temática dos projetos propostos e os vínculos associativos das deputadas foram classificados da seguinte forma: *Religioso, Comunitário, Estudantil, Sindicatos, Associação Profissional, Organização de mulheres, Organizações assistenciais, Direitos humanos, Meio ambiente, Defesa de grupos e Fiscalização do governo.*

No Portal da câmara dos deputados pesquisamos os temas dos projetos propostos e das comissões que as deputadas participaram durante as três últimas legislaturas e buscamos relacionar a afinidade temática dessas atividades com o vínculo associativo das parlamentares consideradas neste estudo. Por meio de tabelas de frequência e o teste estatístico TAU (Tb)<sup>5</sup> observamos o percentual de projetos e comissões que apresentaram afinidade com os vínculos associativos das deputadas e a intensidade dessa associação. Nesse sentido, identificamos, por exemplo, se as deputadas com participação em associações sindicais propuseram projetos e atuaram em comissões com afinidade temática a esse vínculo associativo. Essa mesma análise foi realizada para os demais vínculos associativos que estão presentes nas tabelas 6 e 7.

A tabela 6 indica o percentual de afinidade entre temática dos projetos propostos pelas deputadas e os vínculos associativos das deputadas consideradas neste estudo. Os dados apresentados na tabela abaixo transcorrem de análises de tabelas de frequência.

---

<sup>5</sup>O Tau b é um teste de associação simétrico, realizado pelo cruzamento de variáveis com iguais quantidades de categorias de respostas, cuja variação é entre -1 e 1 (BOHRNSTEDT; KNOKE, 1988).

Tabela 6 - Percentual de afinidade temática das deputadas com os seus vínculos associativos e projetos propostos

Grupo Associativo	Afinidade Temática	N	N Válido	TAU (Tb)
Defesa de Grupo	100,00%	99	5	,364
Fiscalização do governo	100,00%	98	1	,154
Associação Profissional	85,00%	99	20	,840
Estudantil	85,00%	99	20	,618
Direitos humanos	68,80%	99	16	,485
Sindicatos	58,30%	98	48	,331
Organização de mulheres	56,50%	99	23	,310
Organização assistencial	50,00%	99	8	,272
Comunitário	43,80%	99	8	,451
Religioso	14,30%	99	7	,185

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar Feminino.

A tabela 6 indica que todas as deputadas com vínculos associativos para defesa de grupos e fiscalização do governo propuseram projetos na área temática a fim, por isso, o percentual de 100% de afinidade temática com o vínculo associativo. Para os vínculos associativos associação profissional e estudantil, das 20 deputadas presentes nesse grupo associativo, 85,00% delas apresentaram afinidades temáticas entre projetos propostos e os vínculos respectivamente.

Em relação ao grupo de deputadas com vínculos referentes a direitos humanos, 68,80% dessas mulheres apresentaram afinidade entre projetos propostos e o vínculo. Já o grupo de deputadas com vínculo sindical, 58,30% de parlamentares desse grupo propuseram projetos na mesma área temática do vínculo associativo, enquanto o grupo organização assistencial, 50,00% de deputadas apresentaram projetos com temática assistencial. Para o grupo associativo com vínculos comunitário, 43,80% das parlamentares desse grupo apresentou afinidade temática entre os projetos propostos e o vínculo assistencial. Por último, o grupo associativo com vínculos religiosos, 14,30% das deputadas analisadas apresentaram projetos na área temática religiosa.

No caso das deputadas com vínculo associativo sindical, das 48 mulheres presentes nesse grupo associativo, aproximadamente 28 delas apresentaram afinidade temática entre projetos propostos e o vínculo associativo sindical. Apenas os grupos associativos, comunitário e religioso, apresentaram um percentual abaixo de 50% de projetos propostos com afinidade à área temática do grupo. É importante observar, que as deputadas não

apresentaram afinidades temáticas entre proposição de projetos e o vínculo associativo referente ao meio ambiente.

Realizamos o teste de associação TAU (Tb) para cada área temática, o qual apresentou uma forte associação referente à afinidade entre o tema do projeto proposto e o vínculo associativo com das seguintes áreas: associação profissional (,840) e estudantil (,618). Para as áreas temáticas: direitos humanos (,485), comunitário (,451) defesa de grupos (,364), sindicatos (,331), organização de mulheres (,310) e organização assistencial (,272) o teste apresentou uma associação moderada e para a área temática fiscalização do governo (,154) e religioso (,185) o teste resultou em uma fraca associação entre o tema desses projetos e o vínculo associativo.

A dissertação de Pinheiro (2006) aponta que as deputadas tendem a atuar nas áreas relacionadas à educação, saúde, direitos humanos e defesa de grupos. Neste estudo identificamos que as parlamentares investigadas continuam a atuar nessas áreas, apresentando uma moderada associação entre projetos apresentados e os vínculos associativos para as áreas comunitária, defesa de grupos, direitos humanos e organização de mulheres. No caso da área temática organização de mulheres, esse tema reflete uma pluralidade de assuntos, durante esta investigação verificou-se que os projetos propostos com essa temática se relacionavam com assuntos remetidos à saúde, à defesa de grupos, violência, direitos trabalhistas, entre outros. Por isso, as deputadas que participam dessas associações tendem a estabelecer relações com outros vínculos associativos.

Observamos uma forte associação da afinidade entre os temas dos projetos propostos e os vínculos associativos de associação profissional e movimento estudantil. Assim, evidencia-se que a participação das deputadas em associações sindicais, profissionais e movimento estudantil, contribuem para o aumento da presença feminina em atividades parlamentares relacionadas ao mundo do trabalho, como é o caso da atividade proposição de projetos.

O teste estatístico indicou uma associação moderada referente à afinidade entre projetos propostos na área de organizações de assistência social e o vínculo das deputadas. No entanto, o grupo de deputadas com vínculo assistencial é composto por apenas 8 parlamentares, o que indica uma reduzida presença de mulheres nesse grupo associativo. Nesse contexto, o artigo de Almeida e Tonella (2007) aponta que as organizações assistenciais têm forte proximidade com os deputados, os quais têm realizado proposições de projetos e demais atividades em prol das políticas públicas que possam atender as necessidades dessas organizações. Essa relação indica que há parlamentares atendendo as demandas dessas associações, no entanto nem todos apresentam vínculos associativos com as

mesmas, isso pode explicar a reduzida presença de deputadas no grupo associativo assistencial. Por fim, o teste de associação indicou uma fraca associação da afinidade entre os projetos apresentados nas áreas de fiscalização do governo e religioso e os vínculos associativos dessa área.

A tabela 7 indica o percentual de afinidade temática do grupo associativo de deputadas com as comissões que essas mulheres participaram ao longo dos seus mandatos durante as três últimas legislaturas. Os dados apresentados na tabela abaixo transcorrem de análises de tabelas de frequência.

Tabela 7 - Percentual de afinidade temática das deputadas entre os seus vínculos associativos e comissões parlamentares

Rupo Associativo	Afinidade Temática	N	N Válido	TAU (Tb)
Defesa de grupos	100,00%	98	5	,315
Fiscalização do governo	100,00%	98	1	,248
Organização de mulheres	77,20%	98	22	,319
Comunitário	68,60%	98	16	,788
Associação profissional	60,00%	98	20	,676
Sindicatos	54,10%	98	48	,384
Organização assistencial	50,00%	98	8	,501
Direitos humanos	43,70%	98	16	,120
Estudantil	35,00%	98	20	,383

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar Feminino.

Os resultados demonstrados na tabela 7 indicam que 100% das deputadas presentes nos grupos associativos de defesa de grupos, fiscalização do governo e meio ambiente, apresentaram afinidade temática entre as comissões que elas participaram e os vínculos associativos dessa área. O grupo associativo de deputadas com vínculo referente à organização de mulheres, das 22 deputadas presentes nesse grupo, 77,20% delas indicou afinidade temática entre as comissões que participaram e o vínculo associativo. Já o grupo associativo de direitos humanos, 68,80% das deputadas participou de comissões com afinidade temática ao vínculo.

As deputadas com vínculo associativo comunitário, 68,60% delas participaram de comissões com afinidade temática ao vínculo, enquanto as parlamentares com vínculo associativo referente à associação profissional, 60,00% dessas mulheres foram membros de comissões com afinidade temática ao vínculo. Em relação ao grupo associativo sindicatos, 54,10% das parlamentares desse grupo associativo participaram de comissões com afinidade

temática ao vínculo sindical. Por último, as deputadas com vínculos para organização assistencial, direitos humanos e movimento estudantil apresentaram uma afinidade temática com o vínculo respectivamente de 50,00%, 43,70% e 35,00%. É importante registrar, que as deputadas não apresentaram afinidades temáticas entre participações em comissões e o vínculo associativo referente ao meio ambiente e religioso.

A afinidade temática entre as comissões que as deputadas participaram e o vínculo associativo delas foi no mínimo de 30% para cada área temática considerada neste estudo. O maior número de deputadas presentes em comissões com afinidade temática ao vínculo associativo foi o grupo de mulheres com vínculos sindicais. Um total de 48 mulheres presentes nesse grupo associativo, aproximadamente 26 deputadas participaram de comissões nessa área temática.

Realizamos um teste de associação TAU (Tb) para indicar a associação da relação da afinidade temática entre o tema das comissões que as deputadas participaram e o vínculo associativo delas, o qual apresentou uma forte associação para as seguintes áreas temáticas: comunitário (,788), associação profissional (,676) e organização assistencial (,501). O teste indicou uma moderada associação para as áreas temáticas: sindicatos (,384), estudantil (,383) organização de mulheres (,319), defesa de grupos (,315) e fiscalização do governo (,248) e uma fraca associação para a área temática direitos humanos (,154).

Os resultados do teste de associação indicam que as mulheres têm um envolvimento considerável com temas relacionados à área comunitária, social, defesa de grupos e mulher. Os vínculos associativos das parlamentares também se referem à área associação profissional, fiscalização do governo, movimento estudantil e sindical. Essas relações evidenciam a participação em assuntos ligados ao controle do Estado e de seus recursos e ao mundo do trabalho. A área temática direitos humanos foi o único tema em que o teste estatístico resultou uma fraca associação referente à afinidade entre comissões dessa área temática e o vínculo associativo das deputadas. O capítulo cinco apresenta as considerações finais deste estudo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa buscaram testar a hipótese de que os vínculos associativos importam para o desempenho parlamentar das deputadas, os quais podem ser identificados nas atividades parlamentares que foram consideradas nesta pesquisa, como se segue: proposição e aprovação de projetos, participação em comissões e presença em cargos de liderança. Assim, a principal pergunta que permeia esta pesquisa é qual o impacto desses vínculos associativos no desempenho parlamentar feminino.

Primeiramente procuramos saber se as deputadas com mais vínculos associativos são as mais ativas, ou seja, mais participativas nas atividades parlamentares. Os resultados observados nas atividades proposição de projetos e participação em comissões indicam que há uma correlação quase nula entre as atividades parlamentares investigadas e o índice de associativismo das deputadas analisadas. Nesse caso, podemos rejeitar a hipótese de que os vínculos associativos importam para o desempenho das atividades parlamentar feminina, visto que as deputadas mais participativas em associações, não são necessariamente as mais ativas no congresso.

É importante destacar que a variável proposição de projetos de leis e comissões parlamentares sofrem interferências externas, por exemplo, ao propor um projeto a deputada deve seguir as exigências da câmara parlamentar, como também influências partidárias, os quais podem distanciá-la dos seus vínculos associativos. Assim, a correlação nula entre essas variáveis pode ser um indício de que as associações proporcionam habilidades políticas ao indivíduo, no entanto, a vida parlamentar é influenciada por outros fatores que tendem a reduzir a influência associativa no desempenho parlamentar, conforme o caso das deputadas consideradas neste estudo.

Em segundo lugar, analisamos qual a importância do efeito associativo no desenvolvimento individual das deputadas. Segundo Warren (2001), os membros desses grupos tendem a desenvolver habilidades e assim obter maior eficácia política nos processos de negociação e resolução de conflitos, além do conhecimento de leis e questões trabalhistas. Logo, nossa hipótese é de que o desenvolvimento dessas habilidades contribui para o desempenho parlamentar feminino, tornando as deputadas mais eficazes.

Nesse sentido, observamos a relação entre o índice de associativismo e o número de aprovação de projetos, índice de eficácia parlamentar feminina e a presença das deputadas em cargos de liderança. Em relação à aprovação de projetos e índice de eficácia parlamentar, essas atividades apresentaram uma fraca correlação com o índice de associativismo. No caso

no índice de eficácia apresentou uma correlação negativa. É importante lembrar que as deputadas propuseram em média 14 projetos, enquanto aprovam em média 0,50 projetos, ou seja, uma proporção de 3,6% de projetos aprovados em relação à média de projetos propostos. Isso implica no baixo índice de eficácia das deputadas analisadas.

Em relação à presença parlamentar feminina em cargos de liderança apresentou correlação fraca com índice de associativismo. O que nos permite concluir que a participação em associações contribui para o desempenho de habilidades individuais e para a presença das deputadas em cargos de liderança no parlamento. Lembrando que as mulheres fazem parte de um grupo minoritária na câmara parlamentar.

Em terceiro analisamos a presença dos efeitos associativos no meio institucional, por meio da associação referente à afinidade temática entre projetos propostos e presença em comissões e os vínculos associativo das deputadas. No caso da proposição de projetos mais de 50% das deputadas apresentaram afinidade temática entre proposições de projetos e os seus vínculos associativos. Para a participação em comissões no mínimo 30% das deputadas em cada grupo associativo considerado neste estudo apresentaram afinidade temática entre comissões e os seus vínculos associativos. Isso implica que há uma presença considerável dos vínculos associativos das deputadas no desempenho das suas atividades parlamentares. Logo, a participação em associações pode ser um mecanismo que contribui para os propósitos representativos, definindo um papel decisivo para a representação de interesses dos seus membros.

As áreas com maior participação associativa das deputadas concentram-se em associações profissionais e sindicatos. Segundo Warren (2001) essas associações podem ser organizadas por meio de normas coercitivas baseadas nas leis e poder político. Por isso, os membros desses grupos tendem a desenvolver habilidades para negociação, resolução de conflitos, além do conhecimento de leis e questões trabalhistas. Logo, o desenvolvimento dessas habilidades contribui para o desempenho parlamentar feminino em atividades que tratam desses temas, os quais são assuntos de relevância na agenda parlamentar. Seguindo nessa linha, podemos indicar a partir dos dados e das variáveis que utilizamos, os tipos de associações (assistenciais, ambientalista, comunitários, organização de mulheres, movimentos de defesa de grupos específicos e religiosos) ocupam posições mais marginais no conjunto de links existentes entre Estado e sociedade civil, promovidos pela prática representativa.

Podemos sugerir, com os nossos dados, que os vínculos associativos das deputadas analisadas, desempenham papéis importantes no conjunto dos “links” que o processo representativo promove entre Estado e sociedade civil. Ou seja, esses tipos de associativismo

são importantes “pontos” de contato entre o Estado e a sociedade civil, ativando suas conexões no interior da prática representativa.

Esses resultados destacam a importância em investigar as práticas representativas de grupos sub-representados na política, como é o caso feminino. Porém, verificamos que há outros fatores que interferem na conexão entre a participação e a prática representativa, os quais podem estar relacionados com a dinâmica da câmara, que resulta de um sistema legislativo altamente centralizado, por isso, as habilidades adquiridas por meio da participação em associações não são suficientes para superar a reduzida presença de deputadas em cargos de liderança e aprovação de projetos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla C. R.; LÜCHMANN, Lígia H. H.; RIBEIRO, Ednaldo. **Associativismo e Representação Política no Brasil**. Revista Brasileira de Ciência Política. [online], v. 8, p. 237-263, 2012.
- ALMEIDA, Carla C. R.; TONELLA, Celene. **Participação Social e Indicadores de Associativismo: um estudo sobre entidades credenciadas pelos Conselhos Municipais de Assistência Social**. 2012. Trabalho apresentado ao II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Florianópolis.
- BOHRNSTEDT, G. W.; KNOKE, D. **Statistics for social data analysis**. 2. ed. Itasca: Peacock, 1988.
- COTTA, Maurizio. Parlamento. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: ed. Unb, v. 1, p. 880, 1998.
- CRUZ, M. R. **Legislativo transformador? As modificações do legislativo nos projetos de leis do executivo**. Brasília: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio Janeiro e Centro de Formação da Câmara dos Deputados, 2009. 121 p. Dissertação (Mestrado). Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. [online], Brasília, 2009.
- FIGUEIREDO, Elza C. dos S. **Sistema de Comissões e o Poder Conclusivo na Câmara dos Deputados**. Brasília, Centro de Formação da Câmara dos Deputados, 2011. 42 p. Especialização em Processo Legislativo. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. [online], Brasília, 2011.
- GILL, Jeff. Insignificance of Null Hypothesis Significance Testing. *Political Research Quarterly*. [online], v. 52, p. 647-674, 1999.
- LÜCHMANN, L. H. H. **A Representação no Interior das Experiências de Participação**. 2007. Lua Nova. [online], v. 70, p. 139-170, 2007.
- LÜCHMANN, L. H. H. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**. 2014. Revista Brasileira de Ciências Sociais. [online], v. 29, p. 159-226, 2014.
- PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- PINHEIRO, L. S. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: UNB, 2006. 248 p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- PITKIN, H. **The concept of representation**. University of California Press, London, England, 1972.
- RODRIGUES, Almira. **Participação política das mulheres e gestão em política de gênero**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2015.

SANI, Giacomo. Participação Política. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: ed. Unb, v. 1, p. 888.

URBINATI, N. **O que torna a representação democrática**. Lua Nova. [online], v. 67, p. 191-228, 2006.

URBINATI, N. **Representative Democracy: principles & genealogia**. Chigaco Press, 2006.

WARREN, M. 2001. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University.

YOUNG, I. M. **Representação política, identidade e minorias**. Lua Nova. [online], v. 67, p. 139-190, 2006.

## ANEXO 1

A tabela 8 indica a frequência entre as variáveis: número de projetos propostos e índice de associativismo. O número de projetos propostos pelas deputadas federais apresentou uma variação de 0 a 88 projetos. A tabela também apresenta a relação do número de projetos propostos com o índice de associativismo dessas mulheres. Por exemplo, a coluna índice de associativismo, indica que há 3 deputadas com 4 vínculos associativos, sendo que 2 delas propuseram 13 projetos e 1 delas propuseram 15 projetos. Esses dados contribuíram para análise dos resultados presente no capítulo 4, seção 4.1 Deputadas mais participativas são também as mais ativas no Congresso?

Tabela 8 - Correlação entre número de projetos propostos e índice de associativismo

Número de Projetos Propostos	Índice de Associativismo					Total
	,00	1,00	2,00	3,00	4,00	
,00	6	4	2	0	0	12
1,00	6	5	2	0	0	13
2,00	1	1	0	1	0	3
3,00	3	4	0	1	0	8
4,00	3	2	0	0	0	5
5,00	2	2	1	0	0	5
6,00	6	0	0	0	0	6
7,00	2	4	1	0	0	7
8,00	2	2	2	0	0	6
9,00	0	2	2	1	0	5
10,00	1	2	2	1	0	6
11,00	1	1	0	0	0	2
12,00	1	2	1	1	0	5
13,00	4	2	2	0	2	10
14,00	0	1	2	0	0	3
15,00	1	1	0	0	1	3
16,00	1	0	1	2	0	4
17,00	0	2	2	1	0	5
18,00	1	0	1	1	0	3
19,00	1	1	0	0	0	2
21,00	1	1	2	1	0	5
22,00	2	2	0	0	0	4
23,00	1	1	1	0	0	3
24,00	0	2	2	0	0	4
25,00	0	1	0	0	0	1
26,00	1	0	1	0	0	2
27,00	0	1	1	1	0	3
28,00	0	0	0	1	0	1
29,00	0	1	0	0	0	1
30,00	0	4	0	0	0	4
31,00	3	1	0	0	0	4
33,00	1	0	0	0	0	1
35,00	1	0	0	0	0	1
38,00	0	1	0	0	0	1
40,00	0	0	1	0	0	1
43,00	0	0	1	0	0	1
45,00	1	0	0	0	0	1
46,00	1	0	0	0	0	1
51,00	1	0	0	1	0	2
72,00	1	0	0	0	0	1
85,00	0	1	0	0	0	1
88,00	0	1	0	0	0	1

n= 157      Pearson`s R = ,065

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino.

A tabela 9 demonstra a frequência da relação entre o índice de comissões (número de comissões que as deputadas participaram) e índice de associativismo. Os dados indicam que a participação das deputadas federais em comissões variou de 0 a 35 comissões. A tabela também apresenta a relação entre o número de comissões que das deputadas foram membros e o índice de associativismo delas. Como exemplo, a coluna índice de associativismo, 13 deputadas apresentaram 3 vínculos associativos, dessas mulheres 1 deputada participou de 5 comissões, 1 deputada (6 comissões), 1 deputada (9 comissões), 4 deputadas (10 comissões), 1 deputada (13 comissões), 1 deputada (16 comissões), 1 deputada (18 comissões), 1 deputada (19 comissões), 1 deputada (21 comissões) e 1 deputada (35 comissões). Esses dados contribuíram para análise dos resultados presentes no capítulo 4, seção 4.1 Deputadas mais participativas são também as mais ativas no Congresso?

Tabela 9 - Correlação entre número de comissões e índice de associativismo das deputadas

Número de Comissões	Índice de Associativismo					Total
	,00	1,00	2,00	3,00	4,00	
,00	2	1	1	0	0	4
1,00	1	1	0	0	0	2
2,00	2	1	0	0	1	4
3,00	3	4	1	0	0	8
4,00	3	4	2	0	0	9
5,00	4	3	0	1	2	10
6,00	2	0	1	1	0	4
7,00	2	1	2	0	0	5
8,00	5	5	6	0	0	16
9,00	7	6	1	1	0	15
10,00	4	2	4	4	0	14
11,00	4	6	2	0	0	12
12,00	2	6	2	0	0	10
13,00	2	5	0	1	0	8
14,00	0	2	2	0	0	4
15,00	0	1	1	0	0	2
16,00	3	2	2	1	0	8
17,00	2	1	1	0	0	4
18,00	1	2	1	1	0	5
19,00	1	0	0	1	0	2
20,00	1	1	0	0	0	2
21,00	1	0	0	1	0	2
23,00	1	0	0	0	0	1
24,00	0	0	1	0	0	1
25,00	2	0	0	0	0	2
26,00	1	1	0	0	0	2
35,00	0	0	0	1	0	1

n = 157

Pearson's R = ,050

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino.

A tabela 10 apresenta a frequência das variáveis: índice de eficácia e índice de associativismo. O índice de eficácia das deputadas (proporção entre projetos aprovados e propostos) apresentou uma variação de 0 a 100% de eficácia. Podemos observar que 86 mulheres apresentou um índice de eficácia de 0%, sendo que 31 delas não apresentou nenhum vínculo associativo, 32 dessas deputadas têm 1 vínculo associativo, 15 dessas parlamentares com 2 vínculos, em 6 delas havia 3 vínculos associativos e 2 dessas mulheres com 4 vínculos. Esses dados contribuíram para as análises da correlação entre essas variáveis presentes no capítulo 4, seção 4.2 Deputadas mais participativas são também as mais eficazes no desempenho de suas atividades parlamentares?

Tabela 10 - Correlação entre índice de associativismo e índice de eficácia das deputadas

Índice de eficácia	Índice de Associativismo					Total
	,00	1,00	2,00	3,00	4,00	
,00	31	32	15	6	2	86
1,18	0	1	0	0	0	1
1,96	1	0	0	0	0	1
2,50	0	0	1	0	0	1
2,86	1	0	0	0	0	1
3,03	1	0	0	0	0	1
3,23	1	0	0	0	0	1
3,33	0	1	0	0	0	1
3,70	0	0	1	1	0	2
4,35	1	0	0	0	0	1
4,76	0	1	1	0	0	2
5,26	1	1	0	0	0	2
5,56	0	0	0	1	0	1
5,88	0	1	1	1	0	3
6,25	0	0	1	1	0	2
6,67	0	3	0	0	0	3
7,14	0	0	1	0	0	1
7,69	1	0	1	0	1	3
8,33	0	2	2	1	0	5
9,09	0	1	0	0	0	1
9,52	0	0	0	1	0	1
10,00	1	0	0	0	0	1
10,53	0	1	0	0	0	1
10,71	0	0	0	1	0	1
11,11	0	2	1	0	0	3
12,50	2	0	0	0	0	2
13,64	1	0	0	0	0	1
14,29	1	1	0	0	0	2
15,38	0	1	0	0	0	1
16,67	2	0	0	0	0	2
20,00	2	1	2	0	0	5
25,00	1	1	0	0	0	2
30,00	0	0	1	0	0	1
50,00	0	1	0	0	0	1
100,00	1	0	0	0	0	1

n = 144      Pearson`s R= -,062

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino.